



Universidade Federal de Sergipe
Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa
Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Psicologia Social
Mestrado em Psicologia Social



DANILDE FIGUEIREDO BARRETO

**ENTRE CARTILHAS METODOLÓGICAS E
INVENTIVIDADES DOS TÉCNICOS DO CRAS: A PRÁTICA
DE FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS**

São Cristóvão- Sergipe

2015

DANILDE FIGUEIREDO BARRETO

**ENTRE CARTILHAS METODOLÓGICAS E
INVENTIVIDADES DOS TÉCNICOS DO CRAS: A PRÁTICA
DE FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social do Centro de Ciências de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de Sergipe, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia Social.

Orientadora: Lívia Godinho Nery Gomes Azevedo

São Cristóvão- Sergipe

2015

DANILDE FIGUEIREDO BARRETO

**ENTRE CARTILHAS METODOLÓGICAS E
INVENTIVIDADES DOS TÉCNICOS DO CRAS: A
PRÁTICA DE FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social do Centro de Ciências de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de Sergipe, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia Social.

Orientadora: Livia Godinho Nery Gomes Azevedo

Aprovado em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA:

Livia Godinho Nery Gomes Azevedo (orientadora - UFS)

Marcelo Almeida Ferreira (UFS)

Maria Teresa Lisboa Nobre Pereira (UFRN)

Frederico Leão Pinheiro (UFS)

Resumo

O trabalho teve como objetivo analisar as concepções e as práticas de fortalecimento de vínculos familiares e comunitários operadas por técnicos do CRAS (Centro de Referência de Assistência Social). Buscou-se, a partir disso, refletir sobre o conjunto de forças que engendram tal ação e seus possíveis desdobramentos. Para tanto, foi realizada uma pesquisa de inspiração etnográfica e tomou-se como instrumento de análise uma experiência de estágio não obrigatório em Psicologia, vinculado a Secretária de Assistência Social de Aracaju e realizado de 2011 a 2012, assim como a reinserção ao CRAS de Aracaju onde foi realizado parte do estágio. Utilizou-se também as concepções de cartilhas metodológicas a respeito dessa prática. Na ocasião, foram realizados diários de campo e entrevistas com os técnicos do CRAS. O fortalecimento de vínculos familiares e comunitários é traçado como proposta de ação para os técnicos do CRAS, o qual visa prevenir situações de vulnerabilidade e risco social no território. Por acreditar que as diferentes práticas sociais produzem objetos diversos, formatando-se como instrumentos de criação e/ou reprodução, as noções de vínculo, família, comunidade e fortalecimento, que muitas vezes são postas de forma totalizante, permanente e universal, foram questionadas nesse trabalho e desmembradas a fim de se refletir sobre o que pode ser produzido a partir dessas noções no âmbito do SUAS. Foram relatados também alguns desafios enfrentados pelos técnicos no entorno da prática de fortalecer vínculos, ressaltando o caráter inventivo dessa atuação.

Palavras-chaves: família; comunidade; vínculo; CRAS

Abstract

This Work aims to analyse the conceptions and practices of bond strengthening done by CRAS employees. From this, thinking about the forces involved in their actions and its consequences was crucial. From this, we attempted to reflexo on the different factors that may influence their actions and its possibles outcomes. To do so, a research that was inspired by the ethnographic approach was made, wich started in an imersion i had in a different CRAS from 2011 to 2012. To evaluate this theme, field diaries were used, wich contained some interviews with CRAS psychologists, social workers and social educators. In addition to that, the official methodological manuals (instruments of normalization and orientation to all professionals that base their work on the SUAS) were read and analysed. The bond strengthening in social communities and families are described as an action in which technicians are supposed to help patients to prevent social risks and vulnerabilities in a specific area. Solely basing on the diferent concepts of bond, community and family, we saw how these definitions are responsible for diferent social practices. These practices were in most cases totalizing, permanent and universal, what forced us to question and dismember them in order to reflect about what is being produced from the SUAS theories. It was also pointed that there are many challenges when trying to strenghten bonds and the inventive ways of this work.

Key Words: Family; Community; Bond; CRAS

Agradecimentos

Ao longo da minha jornada, pude contar com diversas pessoas sem as quais meus obstáculos teriam se tornado intransponíveis. Do maior esforço ao menor gesto, cada uma delas contribuiu significativamente para a construção desse trabalho. Sou muito feliz e grata por cada pessoa que já fazia parte da minha vida e com quem pude contar durante a minha pesquisa, e pelos novos companheiros que fui agregando ao longo dessa trajetória.

Aos meus pais pelo apoio e incentivo. É muito importante perceber a genuína alegria vivida diante de cada capítulo concluído. Estivemos sempre juntos e sou muito grata por isso!

A minha irmã Danila por cada colocação construtiva e palavras de apoio. Obrigada pela dedicação e torcida!

A Felipe, meu companheiro de estrada. Sempre estivemos unidos nessa caminhada de pesquisa, compartilhando as alegrias e os dissabores desse processo. Juntos, aprendemos a ser mestrandos e a compartilhar momentos de estudo repletos de discussão de textos de linhas de pesquisa diferentes. A sua presença fez toda a diferença! Muito Obrigada

À Max, por ter sido uma amiga tão dedicada e companheira, encontrou um tempo na sua agenda lotada para corrigir meu texto e foi bastante zelosa nas ponderações. Obrigada pelo carinho, sensibilidade e entrega!

À Leylane e Tia Ana por estarem sempre presentes contribuindo com sua amizade, torcida e carinho. Adoravam perguntar a quantas andava o mestrado e vibravam com cada etapa vencida.

Ao pessoal da UFS, especialmente Ana Clésia, Eylla, Gicelma e Graziela, que até mesmo em horas inoportunas, paravam para ouvir minhas confusões teóricas, as novidades do campo, os entraves da pesquisa... Muito obrigada pela confiança, dedicação e paciência.

À galera do CRAS que me recolheu no seu cotidiano profissional agitado e teve paciência para as minhas intermináveis perguntas. Muito grata pela disponibilidade, atenção e afeto.

À Lívia, pela suavidade, generosidade e paciência. Obrigada por ter tornado tudo mais leve e tranquilo.

À equipe do trabalho: Andreza, Dai, Adrianinha, Indiana, Clarice, Ana Cristina, Alan e Andrea pela torcida e pela atenção dedicada. Foram muito valiosas as discussões informais sobre a nossa prática profissional. Com certeza clarificaram as inquietações do nosso cotidiano no CRAS.

À galera do mestrado, especialmente Monaliza, Mara e Regiane, companheiras de luta. Estávamos sempre juntas nessa caminhada. Obrigada pelo acolhimento e amizade.

Ao pessoal do Gepec que me recebeu de braços abertos e me propiciou intensas discussões que contribuíram no processo de construção do meu texto. Sem dúvida, as afinidades e discordâncias teóricas tornaram a experiência de mestrado um momento muito rico.

Enfim, a todos que contribuíram para a realização dessa importante etapa. Muito obrigada!

Sumário

Introdução.....	10
Capítulo 1: Considerações sobre a Pesquisa.....	15
1.1 A pesquisa se realiza no processo de pesquisar	15
1.2 Etnografia: Transitando no campo em meio a estranhamentos, afetações e mudanças	16
1.3 Narrador e ouvinte: Desafios da entrada no campo, do manejo com o outro.....	19
1.4 Panorama do campo de pesquisa: O CRAS e o atendimento a famílias e comunidades ..	21
1.5 Panorama do CRAS João Oliveira Sobral e do território a ele referenciado	27
1.6 Experiência com o campo de pesquisa: percursos desenvolvidos no estágio e fora dele ..	29
a) Breve cronologia da experiência com o campo	29
b) Acertos e percalços da reinserção no campo	33
c) Cartilhas: Em busca do rastro do fortalecimento de vínculo no campo de pesquisa	35
Capítulo 2: Família e Comunidade: Fontes Geradoras de Vínculos Sociais	38
2.1 O Estado, a Família e a Pobreza: Intercâmbio de proteção e de obrigação ao longo da história.....	40
Olhares sobre a comunidade	48
Capítulo 3: Nas Imediações das práticas de fortalecimento de Vínculos Familiares e Comunitários	52
3.1 Percorrendo as cartilhas: Premissas e finalidades do fortalecimento de vínculo	53
3.2 Fortalecer vínculos para prevenção social: combatendo os riscos e vulnerabilidades sociais.....	56
3.3 O Fortalecimento de Vínculos na gestão da vida.....	59
Capítulo 4: A inventividade da prática de fortalecer vínculos.....	66
4.1 Topa tudo pelo vínculo?.....	67
4.2 A imprevisibilidade das intervenções: Quando o fortalecimento sai pela culatra.....	70
4.3 Para fortalecer vínculos é preciso sentir.....	71
4.4 A tentação de tornar a prática de fortalecer de vínculos um mero “bater ponto”.....	73
4.5 Um sono no sistema: fortalecer, mesmo diante do enfraquecimento da rede pública.....	76
Considerações Finais.....	79
Referências Bibliográficas	83

Lista de Siglas

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social

CREAS- Centro de Referência Especializado de Assistência Social

LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social

NOB - Norma Operacional Básica

PAIF - Serviço de Proteção e Atendimento Integral à família

PNAS - Política Nacional de Assistência Social

SCFV- Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

Introdução

Nem sempre foi assim, mas hoje faz muito sentido pensar a pesquisa como um processo de construção. Não me cabe neutralidade, distanciamento, controle de variáveis; esta pesquisa se desenvolveu no ato de pesquisar, produzindo também a própria pesquisadora. Não tem como negar essa premissa, uma vez que ela faz parte e dá sentido ao percurso de pesquisa o qual vivencio, onde o inusitado nos toma e não cessa de mostrar a riqueza de elementos que dão vida a esse processo.

Inicialmente propus um projeto de mestrado voltado para reflexões acerca da pobreza, da comunidade e dos desafios do psicólogo diante da desigualdade social local. Ansiava por compartilhar trajetórias de vidas com que cruzei durante um estágio não obrigatório de psicologia realizado pela Secretaria de Assistência Social em Aracaju-SE. Interessavam-me os modos de existência criativos e destoantes à ordem dominante. Por entender que, independentemente da classe ou posição social em que nos encontramos, sempre há possibilidades de rupturas, invenções e conexões que expressarão subjetividades distintas das hegemônicas (COIMBRA, 2009).

Conforme fui frequentando as aulas do mestrado, percebi que havia algo que me capturava de forma mais intensa em meio às temáticas que me propunha a pesquisar. Percebi que, entre as vidas que me enriqueceram de forma transformadora, havia as vidas dos executores das políticas públicas que, dos seus lugares, compartilhavam os desafios cotidianos dos seus usuários e travavam lutas acirradas no seu ambiente de trabalho. Acabei enveredando por esse caminho.

Por ser um estágio, tive mais liberdade para transitar os espaços, já que os estagiários são poupados de algumas “amarras institucionais”. Assim, pude entrar em contato com diversas dimensões do serviço (liderei grupos, realizei atendimentos e acompanhamentos familiares, participei de planejamentos, etc), bem como participar da vida de muitos usuários e acompanhar a dinâmica do território. Além das atividades desenvolvidas dentro do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), houve as visitas domiciliares e as reuniões com gestores que permitiram outras aproximações com o serviço.

Dei-me conta de que assumi um lugar que considero privilegiado para observar algumas aproximações e divergências entre os idealizadores, os executores e o público alvo dos serviços. As inquietações geradas nesse processo eram em parte acolhidas pela equipe que eu compunha, e em parte materializadas em espécies de diários de campo.

Embora durante a maior parcela do estágio estive lotada em um CRAS, também desenvolvi outras atividades extra-CRAS que propiciaram o contato com outras dimensões das políticas públicas que contribuíram para a emergência do meu texto. Durante o estágio, além do CRAS, participei de um grupo de avaliação e atualização do cadastro de famílias que recebiam o Benefício Eventual Auxílio Moradia, assim como de uma pesquisa de mapeamento socioeconômicoambiental de famílias em situação de ocupação ilegal de terrenos públicos.

Fragmentos de passagens vividas nessa época dão corpo a esse texto. Para reavivar as lembranças do tempo de estágio, retornei ao referido CRAS após um ano do término do estágio, já vinculada ao mestrado. Inseri-me no dia-a-dia do serviço, na ocasião, realizando entrevistas e constituindo novos diários de campo.

Os diários de campo auxiliam no registro das regularidades e intensidades do que foi vivido no campo, dando visibilidade a dimensão coletiva da produção de conhecimento que se expressa em um texto polifônico.

Na mesma época assumi o cargo efetivo de psicóloga em um CRAS do interior de Sergipe. Apesar das similaridades dos dois equipamentos, optei por não citar no texto passagens vividas no meu trabalho, embora eu considere que as lembranças do tempo de estagiária contrastam, divergem e se atualizam no exercício cotidiano da função de psicóloga, algo que tomo como um exercício essencial e constitutivo do processo de construção dessa pesquisa. No encontro dos lugares que assumo(i) com os relatos que colhi é que se constrói a minha escrita.

Minha inclinação para a prática dos operadores de políticas públicas me fez constatar a complexidade dos desafios ético-políticos enfrentados no seu ofício. Diante de um modo de organização social excludente e frente ao meio dicotômico da relação homem-mundo, cabe aos executores das políticas públicas, entre outros, o desafio de unir a dimensão social à subjetiva na abordagem dos sujeitos, promovendo a problematização e a construção de proposições que qualificam o saber (RODRIGUES, 2005). Quando associados a algum serviço, esses profissionais encontram-se no centro de um conjunto de forças e interesses, e acabam por ocupar um papel central no exercício do poder que lhes foi concedido institucionalmente. A política pública onde esses agentes atuam possui interesses e demandas que lhes são próprias, assim como também os tem o público-alvo desta política.

Na própria constituição das políticas públicas há um distanciamento entre o que é proposto, formalizado, e o que se estabelece cotidianamente. Evidencia-se, desse

modo, um conflito de interesses e negociações onde os sujeitos sociais, sejam usuários, profissionais e gestores, tentam garantir seus espaços, ainda que em situações desiguais (FERRERI; NOBRE, 2010).

Uma expectativa comumente compartilhada é a de que frente a temas tão estruturais e de grandes dimensões políticas, tais como a pobreza, a desigualdade e a exclusão social, não há quase nada a ser feito. São tão corriqueiros os discursos que trazem sensações de aprisionamento, de esmorecimento que com certeza não são ilegítimos ou infundados. Apesar da aparente sensatez, me atrevo a perguntar, correndo o risco quase provável de ser ingênua: Será que está tudo dominado? Existe alguém que acredita que fez algo diferente?

Esses questionamentos se atualizam quando lembro que no CRAS, suposto local para lidar com esses temas, houve, não poucas vezes, esvaziamentos. Esvaziamentos tanto de pessoas quanto político. Por que o local com serviços de caráter preventivo, protetivo e proativo para situações de vulnerabilidades e riscos sociais está vazio? O que está por trás disso?

Como via para refletir sobre essas indagações, seleciono um recorte que, frente aos demais, me parece bem representativo dos atravessamentos referentes aos pressupostos das políticas públicas, os efeitos da pobreza e os desafios e concepções dos profissionais do CRAS, os quais geraram inquietações ao logo do meu percurso: a noção de fortalecimento de vínculo.

Numa conversa informal entre profissionais do CRAS, ouvi que, em uma reunião para tratar sobre repasses dos programas do SUAS, um dos gestores perguntou sobre o que é fortalecimento de vínculo, e, não sabendo do que se tratava, não investiria neste ato. Não sei se a reunião ou comentário realmente existiu; mas, essa passagem me fez pensar sobre o quão complexo é conceber e materializar esse fundamento. Decerto que é também complexo acompanhar e visualizar os desdobramentos dessa ação.

Conforme a PNAS (Política Nacional de Assistência Social) é papel do CRAS: “Prevenir situações de risco social, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários” (BRASIL, 2005, P. 33), ou seja, pressupõe-se que os vínculos e as potencialidades estão enfraquecidas e, sendo assim, precisam ser substanciadas. Suposto que há um fraco modo de ser, em contrapartida, há um jeito forte e, talvez, adequado de ser. Qual seria?

Seguramente nos deparamos com um dos desafios dos operadores do SUAS (Sistema Único de Assistência Social), que no desenvolvimento da sua profissão, lidam

com fenômenos difíceis de mensurar, de avaliar e de monitorar. A complexidade do objeto de trabalho pode conferir flexibilidade aos modos de atuação, resta saber como estão sendo apropriados esses objetos.

Sendo assim, o trabalho teve como objetivo analisar as concepções e as práticas de fortalecimento de vínculos familiares e comunitários operadas por técnicos do CRAS. Busco, a partir disso, refletir sobre o conjunto de forças que engendram tal ação e seus possíveis desdobramentos. Para tanto, utilizo como ferramenta de pesquisa a etnografia.

Na incumbência de apresentar o lugar do CRAS na rede socioassistencial, assim como alguns pressupostos e conceitos que norteiam as ações e serviços da assistência social, valho-me das cartilhas: cadernos ou manuais de orientação técnica e normatização que apresentam princípios, objetivos e preceitos que fundamentam e dão corporeidade aos serviços do SUAS, para que com a voz daqueles que concebem e organizam o sistema, possamos experimentar os percursos e nortes de tal rede.

Permito que as cartilhas falem no meu texto e compartilho dessa experiência porque suas palavras cruas ressonavam no meu processo de pesquisa atuando como parte do meu campo de estudo e provocando flutuações que, entre inquietações e percursos, entre o vivido e o concebido, foram desenhando meu caminhar.

Percebo que as cartilhas, ao longo do tempo, foram aperfeiçoando suas concepções, como que se cada fascículo publicado viesse para complementar ou fechar lacunas abertas nas unidades anteriores, o que mostra que, até mesmo os instrumentos mais formais, apresentam algum movimento.

É na desestabilização dos “entres” que se dá meu trabalho de pesquisa. É entre os diferentes domínios do saber que se dá o movimento. Se, por um lado, há as cartilhas metodológicas que com suas orientações buscam normalizar as ações e premissas presentes no CRAS, por outro, há os técnicos enfrentando diariamente os desafios do imprevisível. É na relação entre os diferentes campos de saberes que se desenvolve a pesquisa de inspiração etnográfica (ILDEFONSE, 2013).

O primeiro capítulo traz reflexões a respeito do fazer pesquisa enquanto um ato que se constitui no processo de pesquisar. Foi descrita a ferramenta metodológica que inspirou meu processo de pesquisa: a etnografia. Em seguida, foram realizadas algumas considerações sobre os desafios que surgem na relação do pesquisador com os pesquisados. Ao final, há a apresentação do CRAS como campo de pesquisa e a explicitação da minha aproximação com o campo.

O segundo capítulo situa os campos de forças desenhados na relação da família com o Estado ao longo do tempo, dando ênfase aos preceitos que fundamentaram a Assistência Social, bem como traz uma discussão sobre os pressupostos apresentados nas cartilhas sobre comunidade. Há um breve questionamento a respeito de concepções teóricas sobre comunidade.

O terceiro capítulo traz considerações sobre as concepções e as práticas de fortalecimento de vínculo no CRAS. Ele foi tecido com articulações entre os pressupostos das cartilhas sobre o fortalecimento de vínculo familiar e comunitário, as narrativas de técnicos sobre a prática de fortalecimento de vínculo e relatos de minha experiência com esse tema.

No quarto capítulo são desenvolvidas reflexões a respeito do caráter inventivo das práticas de fortalecimento de vínculo. Tendo em vista que é entre o previsto nas cartilhas e o que é praticável no cotidiano profissional dos técnicos que se vai formatando essa prática.

Capítulo 1: Considerações sobre a Pesquisa

1.1 A pesquisa se realiza no processo de pesquisar

A pesquisa qualitativa não deve se dá de forma prescritiva, com objetivos previamente determinados, tampouco deve se tratar de uma ação sem direção. Ela precisa ser traçada no caminhar que, longe de seguir metas pré-fixadas, se constitui no processo de pesquisar (PASSO; BARROS, 2010).

A pesquisa é fruto da insatisfação com respostas que já temos, da incerteza com explicações que passamos a duvidar e da inquietude com crenças que muitos julgam inabaláveis (BUJES, 2007). Ela surge a partir de uma experiência ética, estética e afetiva que está relacionada com o modo como fomos e estamos subjetivados e como percorremos os jogos de saberes e poderes (CORAZZA, 2007).

(...) é um modo de pensar, sentir, desejar, amar, odiar; uma forma de interrogar, de suscitar acontecimentos, de exercitar a capacidade de resistência e de submissão ao controle; uma maneira de fazer amigas(os) e cultivar inimigas(os); de merecer ter tal vontade de verdade e não outra(s); de nos enfrentar com aqueles procedimentos de saber e com tais mecanismos de poder; de estarmos inseridos em particulares processos de subjetivação e individuação (CORAZZA, 2007, p.121).

Assim, “a pesquisa se faz em movimento, no acompanhamento de processos, que nos tocam, nos transformam e produzem mundos” (KASTRUP; BARROS, 2010, p.73). É no acompanhar dos efeitos do próprio percurso de investigação acerca do objeto, do pesquisador e da produção de conhecimento que se configura a pesquisa (PASSOS; BARROS, 2010).

Nessa perspectiva, entender um objeto ou fenômeno não se trata de uma explicação ou revelação, mas da busca de intensidades que procuram expressão e, para tanto, faz-se necessário introduzir modificações e interferências no estado das coisas do processo em questão, afinal a pesquisa é intervenção (KASTRUP; BARROS, 2010). Não se busca a apropriação do objeto como quem realiza assepsia, mas como um processo de descoberta que indica novas formas de pensar sobre ele, destacando suas transformações, rupturas, possibilidades e continuidades (PARAISO, 2012).

Eis um encontro de vozes e ideias que se relacionam em certo instante da vida do pesquisador, produz uma configuração, uma forma que não se trata de nenhum dos

elementos envolvidos, mas de um processo polifônico, que gerou algo e cujos elementos seguirão seu caminho.

Nessa perspectiva, pesquisar seria desenhar a rede de forças à qual o objeto ou fenômeno em questão se encontra conectado, acompanhando suas modulações e seu movimento permanente, deixando-se se levar por um campo coletivo de forças (BARROS; KASTRUP, 2010). Campo este onde não existem regras fixas, as modalidades de elos e as direções multiplicam-se gerando diferentes composições (ESCOSSIA; TEDESCO, 2010).

O relato, então, trata de algo forjado na constância da escrita pela ordem dos acontecimentos, experiências e forças; incapaz de ser previsto e concebido a priori, torna-se a concretização de um encontro de elementos que deram origem a uma dada vivência do tema no campo de pesquisa. Com essa conjunção, nosso texto pode nos trair. Não sabemos dimensionar com firmeza os seus possíveis usos. Uma palavra apesar de pensada antes de usada pode admitir variantes.

O texto pode ser tomado como um ato de criação, apesar de não inaugurarmos nenhum discurso, já que outros antes de nós já o enunciaram. Ele se constrói quando colocamos os conceitos a funcionar, efetivamos ligações entre eles e descartamos aqueles que são inúteis ao nosso trabalho (CORAZZA, 2007). Além disso, o texto inova quando realizamos o exercício de pensar de outro modo o que pensamos, abrindo caminho para novos olhares; ou quando percorremos territórios teóricos menos seguros para nós, estabelecendo interlocuções com nossos materiais empíricos (FISHER, 2007).

1.2 Etnografia: Transitando no campo em meio a estranhamentos, afetações e mudanças

Para direcionar e dar corpo a minha pesquisa me aproprio do olhar proveniente da etnografia, a qual com sua especificidade e riqueza embasa o meu estudo.

Inicialmente, a proposta do pesquisador na etnografia é compreender a cultura em sua regularidade sem, no entanto, reduzir sua particularidade. Não se tem a pretensão de enquadrar os acontecimentos em padrões unificados e rígidos, mesmo porque a validade de uma descrição cultural não está no grau de coerência e precisão com que são expostas, mas de ter contato empírico com o sistema de símbolos

embricado nos fatos, construir descrições minuciosas e generalizar dentro da sua própria estrutura (GEERTZ, 1989).

Segundo Geertz, cultura são estruturas de significados socialmente estabelecidas, por meio das quais os sujeitos se relacionam. Ela se constitui como “um sistema entrelaçado de signos interpretáveis” (p. 10) que se manifesta de forma pública, uma vez que o seu significado assim o é. Desse modo, ela se configura como um contexto onde os signos podem ser interpretados de modo inteligíveis e assim, compartilhados entre os sujeitos.

Quando em contato com os sujeitos, a pesquisa debruça-se no que foi “dito” enquanto uma enunciação, ao invés de se ater ao simples ato de falar. O pesquisador busca os elementos do discurso, o conteúdo que o constitui, não a fala em si (GEERTZ, 1989), visto que a realidade é construída socialmente e se expressa nas práticas, nos discursos das instituições criadas (SATO; SOUZA, 2001). Nesse contexto, a pesquisa se dá nas e sobre as relações humanas e são essas relações que permitem distinguir sentidos e significados (NEVES, 2006).

Para colocar-se no lugar do outro para capturar vivências particulares faz-se necessário um mergulho em profundidade difícil de ser precisado em termos temporais (VELHO, 2003). Dirige-se a um lugar; constrói-se uma vida, ainda que provisoriamente, com aqueles sobre quem se vai escrever; cultiva-se um dia-a-dia para participar em parte do que se observa e do que se quer elucidar (CAIAFA, 2007).

Ao longo do desenrolar da pesquisa, a etnografia se configura como um ato de criação, fruto da abertura do pesquisador para afetar e ser afetado pelo meio. Não se sabe como ela se desdobrará, trata-se de uma exposição constante ao imprevisível e ao inesperado.

Combate-se o conformismo com o olhar para o mundo como se o já sabido não fizesse sentido. Os estranhamentos permitem problematizar padrões dominantes, frequentemente tidos como esperados e naturais, para gerar novos olhares e usos, para além do aparente familiar que se camufla em meio às novidades que se proliferam. (CASTIEL; DIAZ, 2012).

É preciso suspeitar do “corriqueiro” e “trivial” da vida cotidiana e estar atento para as “dicas” que o campo fornece; perceber as insistências, as contradições e as ambiguidades e ter paciência com a demora de os fatos se tornarem relevantes (SATO; SOUZA, 2001). O estranhamento é algo que não deriva necessariamente de um distanciamento geográfico ou cultural, tampouco se apoia na proximidade excessiva da

identificação. Acontece por uma abertura de pensamento e por uma transformação intelectual e afetiva próprios do processo de pesquisar (CAIAFA, 2007).

Logo, a etnografia é também uma fuga do enclausuramento do familiar. Estranha-se o familiar e familiariza-se com o estranho. Não se pretende fazer apenas uma descrição de como outros vivem, mas também compartilhar um processo de transformação de si e dos outros, e disseminar. Nossa presença modifica o contexto, assim como somos modificados por ele. Não se quer destacar estruturas inertes, mas pontuar sinais de vida no campo. Para Geertz (1989), ao mergulhar na cultura do outro, somos compelidos a olhar para nós mesmos, como um espelho. Além do mais, a alteridade nos obriga a lidar com a dificuldade em fixar nossa atenção naquilo que nos é habitual; ela é tamanha que acabamos por considerar que ‘isso é assim mesmo’ e esquecemos que todos nós somos tributários das convenções da nossa época, de nossa cultura e do nosso social e que “não apenas nos mantemos cegos diante das culturas dos outros, mas míopes quando se trata da nossa” (LAPLANTINE, 1991, p. 13).

Um dos desafios que tive na imersão no campo de pesquisa foi que a similaridade poderia obnubilar minha visão sobre os fenômenos; respirava o CRAS, fazia parte do meu exercício profissional. Como me distanciar de algo tão cotidiano e histórico na minha vida?

O objeto de pesquisa muda sob a ação do processo de pesquisar e nesse processo o conhecimento ou re-conhecimento é construído (NEVES, 2006). No campo muito se afeta, se inquieta, se estranha, também são muitos os caminhos possíveis a partir disso no processo de pesquisa. Qual caminho seguir? Não se trata de seguir escrevendo num primeiro tilintar de ideias e interesses, mesmo porque não basta estar no campo para as questões aparecerem. É necessária uma inclinação à transformação, ampliar o olhar e experimentar o que há de mais cotidiano no campo e descrever o que se repete, o que muitas vezes leva ao tédio e à desesperança, e com a saturação perceber algo novo e inquietante. É necessário lidar com a encomenda de uma dissertação e nos deparamos com as demandas institucionais: prazos, limites de linhas de pesquisa, concepções políticas, noções de sujeitos que irão formatar o processo de pesquisar. Não só isso, há também a infinidade de leituras e recortes possíveis para compor o texto. Afinal, como abordar o tema, e pra quê? Sabe-se que será produzido um texto que requer certa consistência e coerência e que seja assimilável e aceito por outros.

Além disso, tem-se o desafio de não se proceder a retificações *post facto*, ou seja, não se render à tentação de introduzir uma coerência, frequentemente ilusória, na

descrição do campo e acabar por encaixar as variedades do campo em modelos totalizantes. Corre-se o risco também de retratar o outro sob a via da exotização, narrando personagens caricaturais e estereotipados (CAIAFA, 2007).

1.3 Narrador e ouvinte: Desafios da entrada no campo, do manejo com o outro

Temos a necessidade de rememorar os acontecimentos significativos em nossas vidas, relatando-os a nós mesmos e a outros. Assim estamos constantemente preparando o caminho para a “poesia”, no sentido mais amplo, como potencialidade humana; estamos constantemente à espera, por assim dizer, de que ela irrompa em algum ser humano (ARENDR, 2008, P.30).

Quando nos propomos a fazer um reflexão sistemática e crítica acerca de um campo de estudo entramos em um processo de re-conhecimento do lugar. Re-conhecer é estranhar os aspectos familiares do campo e a familiarizar-se com o que se tornará estranho, de modo a interagir e a apreender os significados da realidade social e cultural. Essa posição diante do campo anuncia tanto uma postura metodológica como uma dimensão ética, que pressupõe uma interlocução narrador-ouvinte-lugar produtora de significados e aprendizagens por meio de um agir comunicativo (NEVES, 2006).

Uma história de vida ao ser relatada não tem a pretensão de ser uma verdade universal. A dimensão temporal não admite uma eternização; passado, presente e futuro apresentam-se em plena transitoriedade em um jogo de forças que dão movimento e complexidade às narrativas. Elas permitem coexistências, não se restringem ao nível pessoal e ao interiorizado, mesmo porque transcendem a si próprias, e geram alcances imprevistos (KNIJNIK, 2007).

Algo que pode ser visualizado nos elementos que compõe as “memórias comuns” dos sujeitos. Estes, por compartilharem do mesmo contexto sócio-histórico-cultural, acabam por ser expostos a comuns fatos e informações e, mesmo sem interação direta, produzem lembranças semelhantes. Sem falar, nas memórias geracionais, que são responsáveis, numa dimensão psicossocial, em manter o passado à tona no presente de uma dada sociedade, visto que as histórias que nos são contadas produzem marcas carregáveis por toda a vida (SÁ, 2007).

As narrativas estruturam-se também conforme lógicas afetivas, constituindo-se enquanto um ato de criação. A distância temporal do fato lembrado gera relatos que são construídos com base em um tempo original e singular, fruto de uma escavação das

lembranças do sujeito. Nesse sentido, os lapsos e incertezas não deslegitimam o que foi dito, uma vez que somos feitos de descontinuidades. Antes um relato inexato repleto de autenticidade do que narrativas padronizadas, detalhistas e unilaterais que beiram os estereótipos. Leva-se em consideração a necessidade de um estreitamento dos laços entre narrador e pesquisador, visto que a qualidade do vínculo estará atrelada à qualidade da pesquisa (BOSI, 2003).

Essa perspectiva admite a instabilidade de não ter certezas e a transitoriedade das falas – mais se vale a redescoberta de emoções e sentimentos vividos, ou até mesmo o contato com o ainda não dito, do que a busca por verdades eternizadas (ANDRADE, 2012).

Arendt (2001) fala da necessidade de abertura ao outro, de acolhê-lo em sua alteridade, sua radical diferença. Estimula a experimentar o imprevisível e o indeterminado que se manifesta por meio do diálogo com o “outro”, esse que ao nascer trouxe consigo a condição de novidade e singularidade.

A relação com o “outro”, além de se configurar como um espaço intersubjetivo agonístico devido à dor e ao desconforto ao lidar com o desconhecido, pode propiciar um ambiente de qualidade política favorável à irrupção de movimentos coletivamente organizados e inovações (GOMES, 2007). Para Arendt (2001), é por meio da fala e do discurso que os homens agem e se humanizam. Agir é dar início a algo, é o ponto de partida do inesperado, com forte potencial político e de aprendizado.

Seguindo essa perspectiva, a relação narrador-ouvinte pode representar um espaço de experiência política, dado que há um potencial de questionamento do lugar que se ocupa, de relativização da realidade e de ver um mundo sob nova perspectiva.

Além dos aspectos temporais, afetivos e políticos das falas dos participantes da pesquisa, observam-se a interferência do fluxo da memória do pesquisador diante da fala do pesquisado, que quando tomado na dimensão social podem gerar perigos e prazeres que os pesquisadores não podem antever. Silva (2009) nos convida a pensar como os três estágios da memória (percepção, registro e evocação), segundo critérios cognitivo-cerebrais, podem ser recriados em prol de um olhar sócio-histórico. Reflexões que nos fazem notar as gramuras do exercício do pesquisador.

No que se refere à *percepção*, o pesquisador enfrenta o desafio de recordar sem que o conforto de alguns olhares pré-determinados e a confusão de informações a que somos alvejados comprometam de forma nociva o processo de re-conhecimento do campo de estudo. Como “cada um percebe aquilo que pode. Mas ninguém é capaz de

recordar aquilo que nem chegou a perceber” (SILVA, 2009, P.88), a forma que se percebe pode ser incapacitante no sentido de limitar questionamentos e contribuições acerca dos fatos sociais.

Algo que se agrava quando vivemos um período de estímulo à prevenção: antecipa-se o que há de mazela social e de perigoso; desmembra-se o que destoa e o desconhecido; aplicam-se medidas profiláticas que resultam na segregação da sociedade. Tudo isso baseado numa percepção deturpada dos fatores sociais que estimulam a invisibilidade, a ausência do “outro” e a não tolerância da diferença (SILVA, 2009).

Para recordar as minúcias do campo, cabe ater-se à dimensão do *registro*. O ato da escrita é um processo de criação, um momento de organizar e sistematizar o que foi observado, e dar sentido teórico e corpo ao que foi experimentado em campo. Porém, cabe não perder de vista que o registro se inscreve no corpo social, produzindo desdobramentos nesse corpo e que, assim como na percepção, existe um aspecto seletivo no registro. Condição essa daquele que se põe a registrar, e quando não se tem a pretensão de universalização, revela-se como a arte do inusitado ao ter que lidar com o movimento e o tempo, aspectos próprios da existência.

Uma vez percebido e registrado, a memória é efetuada quando pode ser evocada. A *evocação* se dá por meio de nexos, os quais permitem que os fatos retornem à consciência e não sejam esquecidos; todavia, esses nexos são suscetíveis à simplificação, gerando sentidos rasos. Silva (2009) faz referência a um “agitar os nexos”, ao propor um recolocar complexidade aos automatismos e aos sentidos simplistas presenciados na contemporaneidade, instaurando profundidades, multiplicidades e pluralismos no nosso cotidiano.

1.4 Panorama do campo de pesquisa: O CRAS e o atendimento a famílias e comunidades

A Assistência Social passou por uma série de transformações para chegar aos moldes atuais. Ao comparar com outras políticas públicas, ela pode ser tomada como uma recente configuração. A partir da Constituição de 1988, ela se consolida como um dos pilares da seguridade social, juntamente com a saúde e a previdência social, e como um direito dos cidadãos.

Para a regulamentação da Assistência Social como Política Pública houve três instrumentos primordiais: a *Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS)*, a *Política Nacional de Assistência Social (PNAS)* e *Normas Operacionais Básicas – NOB/97 e NOB/98*.

A primeira, a *LOAS*, foi aprovada em dezembro de 1993, fruto de negociação entre a mobilização social¹ e o governo federal, e preconiza a Assistência como política social pública que provê o necessário para garantir o atendimento às necessidades básicas da população por meio de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade.

De acordo com a *LOAS*, atualizada pela Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011, os objetivos da assistência social são:

[...] a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos [...]; a vigilância socioassistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos [...]; e a defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais.

Desse modo, a Assistência Social não pode ser entendida como uma política exclusiva de proteção social, mas uma proposta de articulação de serviços, de benefícios e de programas às demais políticas sociais, a fim de que seja estabelecido um amplo acesso aos direitos.

Para atingir tais objetivos e para materializar as diretrizes presentes na *LOAS*, foi promulgada, em 2004, a *Política Nacional de Assistência Social*. Ela, além de apresentar uma análise da assistência social brasileira, de acirrar o enfrentamento às desigualdades socioterritoriais e de buscar a universalização dos direitos, propõe o *Sistema Único de Assistência Social (SUAS)*.

O *SUAS* foi consolidado em 2005, por meio da sua Norma Operacional Básica do *SUAS* (*NOB/SUAS*), que apresenta as competências de cada órgão federado e os eixos de implementação do sistema. Ele foi criado a partir das definições da IV

¹ As mobilizações sociais foram preponderantes na consolidação da Assistência Social como política pública. Naquele momento de implementação da Assistência, órgãos da categoria dos Assistentes Sociais, como CFESS (Conselho Federal de Serviço Social) E ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social), somaram-se a estudantes da ENESSO (Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social) e a trabalhadores da LBA (Legião Brasileira de Assistência) a fim de intensificar a mobilização social. IN: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. *A História da Assistência Social no Brasil*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gq4YXIIpggg>. Acesso em: 14 de junho de 2015.

Conferência Nacional de Assistência Social (2003) e do previsto na LOAS. Trata-se de um sistema público, descentralizado e não contributivo que articula serviços, programas, projetos e benefícios das três instâncias de governo com demais políticas públicas locais para garantir direitos e cidadania da população.

Algumas diretrizes são previstas para assegurar as ações do SUAS, tais como: A primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social; A descentralização político-administrativa e comando único das ações em cada esfera de governo; O financiamento partilhado entre a União, os Estados, o DF e os Municípios; A Matricialidade Sociofamiliar: abordagem centrada na família; A Territorialização; O fortalecimento da relação democrática entre Estado e sociedade civil; O controle social e a participação popular (NOB/SUAS, 2005).

Com a matricialidade sociofamiliar, a rede socioassistencial passa a ter como foco a família, evitando assim ações individualizadas e segmentadas. Visa ao fortalecimento dos vínculos familiares para que a família exerça seu papel de prevenir, proteger e socializar (BRASIL, 2009 a).

Já ao eleger a territorialização como base estruturante do SUAS, as ações passam a ser definidas com base no território - espaço geográfico delimitado com diferentes contextos socioculturais e identitários - deslocando-se para as proximidades das residências da população. Acredita-se que no território emergem as contradições, ou seja, os conflitos e as desigualdades que perpassam as relações familiares e comunitárias, criando-se condições favoráveis à atuação das redes socioassistenciais (BRASIL, 2009 a).

No âmbito do SUAS, a assistência social se respalda na garantia de redes socioassistenciais que visam à defesa de direitos, à efetivação de novos direitos, à promoção da cidadania, à articulação dos órgãos públicos e ao enfrentamento das desigualdades sociais destinado ao público da assistência social. Pretende-se com isso proporcionar aos indivíduos e às famílias a conquista da autonomia, da dignidade e do protagonismo (PNAS, 2004).

Além da defesa de direitos, a assistência social é responsável pela Vigilância Socioassistencial que desenvolve os diagnósticos territoriais das zonas de vulnerabilidade e risco social e das redes prestadoras de serviços, bem como participa do monitoramento, da avaliação e do sistema de informações.

No que se refere à *Proteção Social*, dois modelos são afiançados na política de assistência social: a Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial (PNAS, 2004).

A Proteção Básica tem como preceito a prevenção de riscos sociais e a garantia de direitos socioassistenciais. Destina-se à população em vulnerabilidade social decorrente de pobreza, ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos e fragilização de vínculos relacionais e de pertencimento social. Para atingir seu objetivo, busca o desenvolvimento de potencialidades, de aquisições e da autonomia dos usuários, a ampliação do acesso aos direitos de cidadania, bem como o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Tem o CRAS (Centro de Referência da Assistência Social) e os serviços de proteção básica como referência para tal proteção.

Já a Proteção Especial é destinada ao atendimento socioassistencial de famílias em situação de risco pessoal ou social por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e psicológicos, abuso sexual, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de trabalho infantil, etc. Busca-se o provimento das famílias através de serviços de apoio e sobrevivência, assim como a inclusão em redes sociais de atendimento e de solidariedade.

Ela é subdividida em Proteção Especial de Média Complexidade e de Alta complexidade. O primeiro é referenciado ao CREAS (Centro de Referência Especializado da Assistência Social) e é voltada para famílias e indivíduos que tiveram seus direitos violados, mas que mantêm os vínculos familiares e comunitários. O segundo, com seus serviços de abrigamento, é voltado para famílias que se encontram sem referência e em situação de ameaça, que necessita ter integrantes retirados do núcleo familiar e comunitário.

Como o CRAS foi eleito como equipamento foco no presente estudo, abordaremos-no nas suas particularidades.

O CRAS é uma unidade pública estatal, configurada como principal porta de acesso para o SUAS, localizada em áreas de maior vulnerabilidade social. Ele organiza e gerencia a rede de serviços socioassistenciais, governamentais ou não, ofertados em seu território de abrangência.

As vulnerabilidades podem decorrer de pobreza, privação, ausência de renda, precário ou nulo acesso a serviços públicos, intempéries e calamidades, e fragilização de vínculos afetivos (PNAS, 2004); e para lidar com tais demandas, tem-se no CRAS o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF). O PAIF é o principal serviço de proteção social básica, ao qual todos os serviços desse nível devem articular-se (BRASIL, 2009). O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo (SCFV)

para crianças, idosos, adolescentes e jovens e Projetos de Inclusão Produtiva são exemplos de outros serviços presentes no CRAS.

O PAIF tem a família como espaço privilegiado de proteção e desenvolvimento humano e foi concebido a partir do reconhecimento de que as vulnerabilidades extrapolam a dimensão econômica, exigindo intervenções que abordem aspectos objetivos e subjetivos referentes à função protetiva da família, à prevenção do rompimento dos vínculos familiares e ao direito de convivência familiar e comunitária. Com esse fim, são ofertados serviços de caráter preventivo, proativo e protetivo que são materializados no trabalho social com as famílias (BRASIL, 2012a).

O trabalho social das famílias do PAIF busca o fortalecimento e a autonomia das famílias enquanto sujeitos coletivos, pois se compreende que as condições de vida dependem menos da situação específica do indivíduo que daquela que caracteriza sua família, sua comunidade e a sociedade onde se insere. Ele é executado por profissionais de nível superior que se valem de pressupostos éticos, conhecimentos teórico-metodológico e técnico-operativo para conduzir ações com a família e a comunidade referenciada ao CRAS (BRASIL, 2012 b).

Recomenda-se exercer esse ofício negando ações moralizadoras e modeladoras dos modos de vida e das crenças dos familiares, assim como também afirmando a não obrigatoriedade da família em cumprir sua função protetiva e a consequente possibilidade de não querer fortalecer sua capacidade de proteger (BRASIL, 2012a).

As ações devem também superar concepções tradicionais de família, como unidade homogênea idealizada ou modelo padrão, e reconhecer os distintos arranjos familiares e suas constantes transformações (BRASIL, 2009).

Se, por um lado, família é caracterizada como espaço privilegiado de suporte social para seus membros, por outro, ela é retratada como um lugar de conflitos, desigualdades e violências próprios da realidade social, o que a configura como um vetor de mudança da realidade social, já que concentra tensões, ressonâncias e sinergias que falam de interesses e necessidades coletivos (BRASIL, 2009).

Nessa linha de pensamento, a família, como um sujeito de direitos, é tida como um “conjunto de pessoas unidas por laços consaguíneos, afetivos e ou de solidariedade cuja sobrevivência e reprodução social pressupõem obrigações recíprocas e o compartilhamento de renda e/ou dependência econômica” (BRASIL, 2009, p.12), as quais demandam atendimentos planejados de acordo com as suas especificidades e as expectativas de seus membros, considerando suas identidades culturais e interesses.

A composição da equipe de referência do CRAS e a quantidade de equipamentos são regulamentadas pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS) a depender do número de famílias referenciadas ao CRAS e do porte do município. Este porte será definido pelas dimensões do território e pelo número de habitantes do mesmo, sendo:

Pequeno Porte I – município de até 20.000 habitantes/5.000 famílias – mínimo de 1 CRAS para até 2.500 famílias referenciadas;

Pequeno Porte II – município de até 20.001 habitantes a 50.000 habitantes/ de 5.000 a 10.000 famílias – mínimo de 1 CRAS para até 3.500 famílias referenciadas;

Médio Porte – municípios de 50.001 a 100.000 habitantes/ de 10.000 a 25.000 famílias – mínimo de 2 CRAS, cada um para até 5.000 famílias referenciadas;

Grande Porte – município de 100.001 a 900.000 habitantes de 25.000 a 250.000 famílias – mínimo de 4 CRAS, cada um para até 5.000 famílias referenciadas;

Metrópole – município de mais de 900.000 habitantes/ mais de 250.000 famílias – mínimo de 8 CRAS, cada um para até 5.000 famílias referenciadas.

A equipe de referência do CRAS é interdisciplinar, composta de profissionais de nível superior – assistente social e preferencialmente psicólogo – e de nível médio – educador social. Além disso, a equipe dispõe de um coordenador de nível superior, prioritariamente concursado e com experiência em trabalhos comunitários e gestão de programas, projetos, serviços e benefícios socioassistenciais. Quanto à quantidade mínima de profissionais para compor a equipe do CRAS, nota-se que nos municípios de pequeno porte estão previstos dois técnicos de nível superior, sendo um profissional assistente social e outro preferencialmente psicólogo; nos de pequeno porte II são previstos três técnicos de nível superior, sendo dois profissionais assistentes sociais e preferencialmente um psicólogo e três técnicos de nível médio, já nos de porte médio, grande e metropole são previstos quatro técnicos de nível superior, sendo dois profissionais assistentes sociais, um psicólogo e um profissional que compõe o SUAS e quatro técnicos de nível médio.

1.5 Panorama do CRAS João Oliveira Sobral e do território a ele referenciado

Como Aracaju é considerado um município de grande porte, por apresentar uma extensão territorial de 181, 857 km² e uma população de 571, 149³ habitantes, o município apresenta quinze CRAS divididos em cinco distritos, elencados conforme a região geográfica.

O CRAS João Oliveira Sobral fica localizado no quinto distrito, na região norte de Aracaju, no bairro Santos Dumont. De acordo com os dados do cadastro único de 2015, existem atualmente cerca de 5550 famílias referenciadas a esse CRAS, das quais em média 30 famílias são acompanhadas mensalmente.

O acompanhamento familiar tem caráter contínuo e processual e se caracteriza como a produção de um plano de intervenções e encaminhamentos firmados pela equipe com a família que será executado e monitorado por ambas ao longo do tempo. Essa é apenas uma modalidade de ação ofertada pelo PAIF, há também outros tipos de ações, tais como as visitas domiciliares, os atendimentos psicossociais e a produção de relatórios.

No CRAS João Oliveira Sobral, as principais ações executadas são as orientações e encaminhamentos para a rede intersetorial e o acompanhamento familiar, no entanto as ações mais procuradas pelas famílias são a solicitação de benefícios eventuais, tais como o auxílio natalidade e o auxílio mortalidade, a confecção da carteirinha do idoso e a requisição de acompanhamento familiar.

Quanto ao território, o Bairro Santos Dumont teve origem em meados do séc. XIX. Conhecido por Anipum, no início era um povoado com sítios, mangues e mata atlântica. O nome Anipum, de acordo com uma lenda indígena disseminada pelos fundadores do local, tratava-se da junção do nome da índia “Ani” com o do seu namorado ‘Pum’.

A maior parte da área era de propriedade de Sargento Brasileiro e João Benevice. Eles compravam terras na região e loteavam, o que auxiliou no desenvolvimento do local. Após um acidente de avião em um aeroclube localizado no território, o bairro passou a ser conhecido por Santos Dumont – homenagem ao pai da aviação. Os nomes das vítimas desse acidente e das pessoas nascidas no local foram dados às suas ruas.

² Dado do IBGE, 2010.

³ Dado do IBGE, 2010.

Em termos dos aspectos sócio-econômicos, o bairro localiza-se na Zona Norte de Aracaju e possui extensão de 12.800 km². Com 23.593⁴ habitantes, ele possui seis grandes regiões– Região Central, Morro do Urubu, Conjunto Almirante Tamandaré, Loteamento Vitória Régia, Loteamento Moema Meire e Baixada Maria do Carmo.

Segundo dados do IBGE /2010, aproximadamente 70% da população recebe até 3 salários mínimos e a renda média corresponde a 234 reais. A maioria da população obtém sua renda com empregos informais.

Quanto ao panorama social, o bairro dispõe de organizações governamentais e não governamentais. Referente ao setor governamental, existem o CRAS João de Oliveira Sobral, administrado pela Secretaria Municipal da Família e da Assistência Social (SEMFAS); o Fórum Integrado Dr^a Virgínia Leite Franco; as quatro unidades de saúde da família; o Terminal de Integração Maracaju; as nove escolas públicas, entre outros.

Referente às organizações não governamentais, existem a Associação dos Amiguinhos da P.M., de responsabilidade da polícia militar, que oferece reforço escolar gratuito e atividades de cidadania, cultura e lazer para crianças entre 5 e 13 anos; e o Abrigo Cristo Redentor , que atende adolescentes do sexo feminino em situação de rua ou abandono familiar.

Entre as principais vulnerabilidades e riscos sociais identificados no bairro tem-se o tráfico e o uso abusivo de drogas, prostituição, gravidez na adolescência, desemprego e violência física.

Em termos de organização comunitária, apesar de ser identificado por alguns moradores como algo incipiente, o bairro possui duas associações de moradores: Associação de Moradores do bairro Santos Dumont e Associação de Moradores do Conj. Almirante Tamandaré.

Outros espaços de participação popular são o Conselho Municipal de Saúde, responsável pelo controle das ações referentes aos serviços de saúde da comunidade, e o Grêmio Estudantil do Colégio Estadual Augusto Franco.

⁴ Dados IBGE, 2010

1.6 Experiência com o campo de pesquisa: percursos desenvolvidos no estágio e fora dele

Apresento o meu percurso de estágio para contextualizar a minha relação com o objeto de pesquisa. A trajetória percorrida mostrou-se um conteúdo frutífero para algumas inquietações e reflexões sobre o tema a que me proponho pesquisar. Além de remeter a pressupostos e concepções socio-políticas experimentadas por outros funcionários que serão relacionados no presente trabalho.

a) Breve cronologia da experiência com o campo

Como citado anteriormente, recorri à experiência de estágio não obrigatório vinculado à secretaria de Assistência Social de Aracaju para nortear a pesquisa. Esse estágio durou 2 anos compreendidos entre 2011 e 2012 e foi dividido em três etapas.

Não sabia que a prefeitura recrutava estagiários para compor o quadro de funcionários nas suas diversas secretarias. Assim que soube dessa possibilidade, enviei meu currículo para o setor de recursos humanos e para minha surpresa fui selecionada para ocupar esse lugar pouco tempo depois de depositar o currículo. Não sabia em qual secretaria ou equipamento ficaria lotada, mas na data designada pelo auxiliar de recursos humanos estava a postos na prefeitura para começar as minhas atividades.

No primeiro momento fiquei vinculada à sede da secretaria de assistência auxiliando na atualização e monitoramento do perfil das famílias que recebiam o Benefício Eventual Auxílio Moradia. Foi composto um grupo de estagiários de serviço social e psicologia para esse fim. Esse benefício, em linhas gerais, é destinado apenas às famílias, geralmente da periferia da cidade, que por desastres naturais ou calamidades perderam sua moradia; ele visa contribuir de forma provisória com o aluguel de uma nova residência. O benefício ganhou visibilidade na cidade, ao ponto de selecionar um grupo exclusivo de estagiários para avaliá-lo, devido ao grande número de famílias que recebem o benefício assoberbando a verba destinada para os benefícios eventuais e porque houve algumas denúncias de famílias que recebiam o benefício mas não tinham o perfil estipulado pela legislação.

Apesar da obrigatoriedade de um profissional de nível superior de psicologia para supervisionar o meu estágio, quem coordenava o grupo de estagiários era um funcionário de nível médio, o que à primeira vista pareceu estranho e assustador. Sabia

da irregularidade do estágio nesse quesito, mas precisava do dinheiro e estava aberta a novas experiências na minha formação. Com pranchetas e bastante protetor solar íamos em duplas, de casa em casa, para entrevistar as pessoas. Essa etapa do estágio foi meu primeiro contato com alguns bairros da periferia de Aracaju, assim como foi a minha primeira imersão na lógica da assistência social.

Costumo comentar que esse período foi um verdadeiro choque, já que saí da universidade, do meio confortável dos livros, para cair em ambientes desconhecidos sob a encomenda de investigar quem “merecia” ou não continuar nas suas casas alugadas. Lembro que não conseguia ver psicologia nisso, tampouco me sentia confortável, uma vez que as pessoas se sentiam ameaçadas. Sabiam que tinha em minhas mãos o poder institucional de dar um parecer que poderia lhes tirar o benefício.

Numa manhã, cerca de um mês após o início do estágio, quando me preparava para realizar as atividades do dia, sem esperar, recebi uma carta de convocação que dizia que era para eu comparecer num dado CRAS no dia seguinte para dar continuidade ao estágio agora em uma nova localidade. A contragosto, essa forma abrupta de convocação para novas atividades me acompanharia no estágio. Organizamos no improviso uma festinha de despedida minha e de mais outra estagiária de psicologia, as demais continuariam na mesma atividade.

Quando cheguei ao CRAS, fui recebida pela secretária administrativa que se mostrou confusa com a minha presença, pois não havia sido informada da minha chegada, tampouco entendeu a presença de uma estagiária de psicologia, ao invés de um(a) de serviço social conforme havia sido solicitado pela coordenadora do centro. Eu estava tão entusiasmada por ter sido transferida e por, até que fim, ter um estágio com a presença de supervisora e atividades mais coerentes com a nomenclatura do cargo, que só depois me dei conta que novamente não sabia qual era a proposta de estágio naquele equipamento, nem o que era um CRAS.

Após circular no ambiente, fui apresentada à psicóloga da equipe e nessa ocasião ela foi comunicada que iria me supervisionar no estágio. Aparentemente desconcertada pela surpresa da situação, ela me conduziu à sala da equipe e tentou ensaiar as primeiras apresentações. Momento muito curto, já que ela teve que dar atenção aos atendimentos que não paravam de surgir. O dia foi tão intenso de trabalho que só tivemos oportunidade de interação ao final do expediente, os outros funcionários também estavam ocupados, combinamos meu horário do outro dia e fui pra casa meio atordoada por tanta mudança e expectativa.

No dia seguinte, fui apresentada aos outros integrantes da equipe e percebi que havia outros estagiários. O que pude mapear naquele momento é que o CRAS era uma política pública com alguns serviços interligados e vários tipos de funcionários. Quanto à composição da equipe, havia a assistente administrativa que também cuidava da recepção, duas cadastradoras que representavam o Cadastro único, uma assistente social e uma psicóloga que compunham o PAIF, três educadoras sociais responsáveis pela orientação dos grupos do SCFV, duas estagiárias que atuavam como oficinairas (uma de educação física e outra de teatro), quatro agentes de serviços gerais e uma coordenadora. Existia também a equipe do turno da tarde, de composição semelhante à da manhã, mas só os conheci posteriormente.

Diante dessa configuração logo entendi que iria compor a equipe do PAIF, mas não sabia nada sobre o que iria fazer. Ao longo do tempo me dei conta de que a própria atribuição do psicólogo era algo em construção nos ambientes do CRAS. Se há uma indefinição sobre as atribuições do psicólogo, quiçá de um estágio em psicologia. Sendo assim, sinalizo que o estágio foi um processo de descoberta e criação das minhas atribuições.

Como o CRAS tinha muito movimento e a equipe precisava correr para dar conta do serviço, não tive um momento de apresentação dos serviços de forma mais organizada. Senti-me compelida a participar do fluxo e colaborava de acordo com o surgimento das demandas. Intercalava isso com a observação e leituras sobre o funcionamento do serviço.

Em pouco tempo já acompanhava a psicóloga nas suas tarefas. Aprendi, que na falta de uma definição, se pode aproveitar as possibilidades. Passei a transitar no âmbito do PAIF e do Serviço de Convivência, auxiliando nas ações desenvolvidas pelos dois serviços. Evoluí nas ações até chegar a conduzir as minhas próprias oficinas. Por mais de um ano essa foi a minha rotina, até que recebi uma ligação de convocação, tratava-se de uma reunião que seria voltada apenas para estagiários.

No outro dia estava na secretaria de assistência, na reunião, no horário combinado e logo descobri que não voltaria tão cedo ao CRAS. Uma equipe composta por integrantes da secretaria de obras, da assistência e do meio ambiente nos apresentou uma proposta de avaliação sócio-econômico-ambiental e fomos informados que no dia seguinte iríamos assumir uma nova empreitada. Faria parte de outro grupo de estagiários, agora com um objetivo ainda mais desafiador: fazer entrevistas com

moradores de áreas de risco para cadastrar e traçar o perfil socioeconômicoambiental de famílias em situação de ocupação irregular de território.

Lembro-me da minha agenda de atividades no CRAS que não pôde ser cumprida, já que no outro dia estaria no meu novo escritório. Aliás, não cumprir agenda não era algo estranho, já que acontecia no CRAS, não por desejo da equipe, mas por necessidades súbitas de reorganização da equipe por motivos de reuniões, atividades sobrepostas e convocações da gestão.

Nessa pesquisa eram feitas perguntas que abrangiam desde o saneamento básico e acessos a serviços públicos até a incidência de prostituição, tráfico e roubo. As pessoas exprimiam uma multiplicidade de reações diante da execução dos questionários. Algumas se mostravam desconfiadas do objetivo do questionário, outras temerosas de perder suas casas, outras esperançosas pela regularização da sua situação imobiliária, outras fragilizadas pelo compartilhamento das suas precariedades, outras ainda motivadas para aproveitar o espaço para fazer denúncias. Recordo o quanto eram carregadas de afeto as narrativas e do quão complexo era transmitir os relatos para o molde do questionário.

Apesar de no maior tempo de estágio eu ter ficado lotada num CRAS (Centro de Referência em Assistência Social), os três meses que fiquei fora dele foram significativos na proposição de entendimentos acerca da Assistência, me proporcionando certa complexidade ao meu olhar.

Quando acabou a pesquisa, retornei ao CRAS, mas não era a mesma. A necessidade de me formar e conquistar meu espaço profissional como psicóloga virou uma prioridade. A satisfação com que realizava as ações no CRAS, não era a mesma, estava preparada para finalizar essa fase da minha jornada profissional.

Cumpri o estágio e em três meses já estava frequentando as aulas do mestrado. Precisava falar sobre as inquietações que tive com o estágio. Senti na pele os efeitos de um modo de conceber a política pública, entrei em contato com a pobreza em diferentes localidades de Aracaju e sob várias faces. Conheci muitas pessoas nessa trajetória.

Posteriormente dei-me conta de que permanecia vinculada a alguns funcionários da Secretaria de Assistência Social por meio de redes sociais. Presenciava discussões sobre dificuldades e acertos nos serviços, nas ações, nas capacitações. Tal movimento me manteve atualizada do que acontecia, compartilhava do que eles sentiam mesmo de longe, o que me instigou ainda mais a falar desses aspectos.

Para revisitar a experiência de estágio, a fim de consolidar a pesquisa para o mestrado, retornei ao CRAS de Aracaju onde realizei o estágio após um ano do seu término e lá permaneci por cerca de cinco meses. Com esse retorno pude me ater a lembranças, experimentar as mudanças, ressignificar trajetórias. A equipe do PAIF e do Serviço de Convivência continuava sendo a mesma, mas eram outros gestores, novos tempos. O meu passado e o presente se inter cruzaram gerando afetos que se manifestaram nos meus diários de campo. Realizei algumas entrevistas e em meio ao dito nas cartilhas e vivido por mim e os demais técnicos, foi tecida a pesquisa.

b) Acertos e percalços da reinserção no campo

Como pretendia retornar ao CRAS antes de terminar o estágio para compor o material que utilizaria no mestrado, fiz um documento de solicitação de entrada no campo para fins de pesquisa que fora consentido pela coordenação do CRAS da época. Apesar de ter mudado de coordenação quando retornei ao CRAS, a nova gestora não se opôs à minha entrada no campo.

Na verdade, a equipe ficou de sobreaviso acerca do meu retorno, mesmo porque eles acompanharam o resultado do processo seletivo da pós-graduação – na época ainda estava vinculada ao estágio. Os laços que criei com a equipe eram de proximidade, diálogo e muitos deles de amizade, logo não tive entraves quanto à abertura do campo.

Quando retornei ao CRAS, a equipe era quase a mesma que a do tempo que saí – houve mudanças na coordenação e entre os auxiliares administrativos. Em princípio, tudo parecia incrivelmente familiar, gostava das pessoas e das lembranças que resgatei. Tinha liberdade de percorrer os espaços, entrar e sair das salas, interagir com as pessoas.

No primeiro dia, o clima amistoso e de saudosismo se instaurou, eu era a novidade naquele espaço e passei todo o tempo alternando entre conversas com os funcionários. Alguns deles já me conheciam e se voltavam para mim a fim de saber das novidades e contar das mudanças; outras, por terem mantido o contato, já estavam inteiradas do meu percurso. Fui apresentada aos funcionários que ainda não conhecia e pude esclarecer curiosidades sobre o meu tema e sobre a metodologia que adotei para pesquisar.

Aos poucos as diferenças saltaram à vista, havia crianças do meu tempo nos grupos do serviço de convivência. Elas estavam maiores agora, algumas atingiram a puberdade e se transformaram em moças e rapazes. Crianças que só viviam pulando,

agora estavam mais comedidas e vestiam roupas mais justas. O tempo passou de forma significativa para eles, e era tão pouco tempo atrás. Senti-me mais velha e me reencantei com o potencial do desenvolvimento do ser humano.

Os grupos interagiam com mesma intensidade de antes: em meio a gírias, gritos e confrontos ocasionais, eles também perguntaram o que eu estava fazendo lá; as educadoras permaneciam executando suas ações diante de precários recursos materiais, que agora pareciam estar mais em falta. O mesmo corre-corre de educadora para mediar conflito, ditar as regras de um jogo e aproveitar a deixa da brincadeira para desenvolver um dado tema.

Entre na sala do PAIF, olhei os instrumentais, as pastas, os folders, as agendas; percebi a fusão do antigo com o novo nos materiais e nas formas de organização deles. Lembrei-me dos mutirões para sistematização da papelada do PAIF, fazíamos com regularidade, sabia como algumas pastas passaram a ser organizadas daquele jeito como estavam. Descobri também instrumentais que não tive acesso e fiquei com vontade de tirar xérox para levar para o CRAS do interior.

Percebi uma sensível mudança no teor dos atendimentos. A equipe do PAIF estava mais voltada para o acompanhamento familiar, não havia mais aquela demanda numerosa de famílias em busca de benefícios eventuais, e a equipe teve que priorizar outras ações, já sabia que os CRAS de Aracaju estavam com escasso acesso aos benefícios. Aumentaram também as intervenções com o intuito de mediação de conflito familiar e o número de reuniões para discussão de caso.

Ao longo dos dias os usuários vinham ao PAIF para os atendimentos e, algumas daquelas realidades eu já conhecia, o que foi uma excelente oportunidade para me inteirar dos desdobramentos do que foi encaminhado em termos de intervenção no meu tempo. Diante de meu interesse por me atualizar sobre o que havia acontecido com aquelas famílias, a equipe passou a lembrar as histórias das famílias acompanhadas na época, inclusive mostrando fotos de ações comunitárias das quais eu havia participado.

Com o tempo, surgiram os desafios. Não sou uma observadora que, de longe, como quem dissecar um corpo para estudo e fala de fora o que encontrou, tenta ver o que há de corriqueiro e de destoante tentando encontrar o conjunto de forças imbricado naquela conjuntura. Sou parte, faço o mesmo, sofro de semelhante realidade. Deparei-me com o quanto é difícil criticar sem ter acompanhada uma voz na sua cabeça que justifica o porquê de as coisas continuarem do jeito que são. Eu faço a pergunta, eu acabo respondendo. Dou-me conta de que colaboro com aquilo que me dói.

Não só isso, sentimentos confusos me vinham. Sabia que a pesquisa não é algo dado, assim como não o é a posição do pesquisador. Precisava descobrir como é ser pesquisadora naquele campo. Tinha receio de estar muito envolvida com o campo e de não conseguir desenvolver reflexões proveitosas.

Sentia que a equipe não sabia ao certo como me tratar naquele lugar. Uma hora a minha antiga supervisora me pedia para pegar a pasta de evoluções para discutir um caso parecido ao do tempo de estagiária, outra hora a equipe me perguntava sobre um procedimento na minha realidade de psicóloga do interior. Quando não, alguém me chamava para contar sobre o que tinha feito no final de semana anterior me tratando como amiga. Como poderia ser amiga, ex-estagiária, psicóloga, pesquisadora em um campo só?

Sentia falta do tempo de estagiária, de fazer parte da equipe, dos dias do planejamento, de participar das ações, de escapar de situações por ser “apenas” uma estagiária. Sentia também satisfação de estar trilhando meu próprio caminho profissional. Mas a emergência da pesquisadora parecia prioritária naquele momento.

Com o tempo fui percebendo que, nos encontros das funções que exercia com aquelas pessoas do CRAS, é que se desenvolvia a pesquisadora. Deixei-me experimentar.

c) Cartilhas: Em busca do rastro do fortalecimento de vínculo no campo de pesquisa

Adotando uma noção de campo de pesquisa para além do espaço físico em que se dá o estudo, compreendo que a minha relação com as cartilhas se configura como uma dimensão de saber que compõe esse campo.

Desde o início do estágio fui orientada a buscar as cartilhas quando tivesse alguma dúvida. Nessas buscas, me deparava com ideias e fragmentos que me deixavam inquieta. A prática de fortalecer vínculos foi um deles. Procurava nas cartilhas algo que sinalizasse o que é, como se faz, qual é o objetivo disso. Buscava respostas para isso, mas muitos elementos não ficaram claros. Diante de meu incômodo, dirigia-me aos técnicos para tentar encontrar alguma regularidade ou convenção nessas práticas e tive a impressão de que eles não paravam para pensar a respeito. As pessoas não pareciam ter essa proposta de reflexão na sua atuação diária sobre o tema, ou faziam, mas davam outros nomes para a prática de fortalecimento de vínculo.

Mesmo assim tive um palpite, fiquei com a impressão de que os vínculos a que as cartilhas se referem são biológicos ou funcionam como tal. A família, ao ser eleita como *locus* essencial de proteção social, me remetia à ideia de que o laço, de funcionamento biológico, carrega consigo o gene da necessidade de apoiar e proteger, como se só por nascer em uma família se há a predisposição nos seus membros de cuidarem-se mutuamente, mas não é bem isso que percebo nas minhas práticas. Percebo que existem famílias que caberiam perfeitamente nessa definição, no entanto há outras famílias que são fonte primária de violação de direitos. Pegando a família que viola direitos como exemplo, o que seria fortalecer o vínculo? Decerto que não seria fortalecer um laço de violência ou de humilhação, mas seria uma espécie de reconfiguração de um laço, reconstrução dele. Ao transformar o laço em algo diferente, quais os parâmetros éticos que o técnico deve usar para respaldar tal ação?

Não consigo ter certeza lendo as cartilhas sobre qual é a ética dessa prática, mas talvez tenha um público alvo específico para ela. Pensando no fortalecimento de vínculo em uma família rica, penso que a equipe do CRAS não vai ser chamada para orientar um casal de médico e advogada sobre a importância da qualidade do vínculo deles com seu filho. Não consigo me imaginar sendo bem recebida para dar opinião sobre a vida deles, acho que pressuporiam saber de tudo que precisavam e quando precisassem recorreriam aos seus planos de saúde em busca de um suporte técnico de um médico ou psicólogo.

Já a família pobre acredita-se que deve estar aberta à intromissão. Pode-se bater na porta em qualquer horário para dar uma recomendação e para a vigilância. Há a pressuposição de que precisam e querem ajuda. Como são carentes e estão em situação de falta, devem estar de braços abertos para quem tem o que oferecer.

Sem mais informações técnicas em relação ao fortalecimento de vínculo, o inusitado aconteceu. Estava me preparando para sair numa visita domiciliar e ao sair do CRAS me deparei com o motorista que iria me conduzir nas visitas. Ele estava indo a caminho da cozinha quando observei uma cartilha diferente em suas mãos. A capa era diferente, nunca a tinha visto. Aproximei-me para ler e vi o nome “fortalecimento” na capa. Achei que era coisa da minha cabeça e pedi para ver a cartilha, não me contive de satisfação ao ler o título dela: concepções de convivência e fortalecimento de vínculo! Parecia o início de uma boa jornada... fragmentos dessa cartilhas aparecerão ao longo dos capítulos que se seguem.

1.7 Procedimentos adotados

Transitava pelas salas com o caderninho na mão, procurava me fazer presente nos espaços sem atrapalhar as ações. Houve atendimentos em que pude participar, mas a maioria não. Pude ir a uma ou outra visita domiciliar e visitar o território. Participei das reuniões de discussão de casos e de algumas oficinas dos grupos do Serviço de Convivência. Quando não estava na ativa, ficava sentada discretamente observando.

Estava tão entretida com a minha rotina que quase não percebi que o campo de pesquisa começou a se fechar. Havia convidado todas as técnicas do turno da manhã, para o qual estavam voltadas as minhas observações de campo, para participarem de uma entrevista semiestruturada comigo que seria realizada em uma data não determinada. Chamo de técnicas as assistentes sociais, psicólogas e educadoras sociais, que naquele turno totalizam seis membros. Nem todas mostraram interesse em participar, mas as que demonstraram interesse começaram a se ausentar do CRAS, seja por férias, licença, doença, cursos.

Preocupada com o meu prazo no mestrado, perante tantas intercorrências, comecei a agendar as entrevistas que foram realizadas em uma sala vazia e silenciosa do CRAS após o expediente de trabalho.

Optei por gravá-las, o que gerou desconforto para a maioria das participantes no início da entrevista, mas, paulatinamente, elas foram relaxando.

Ao todo foram realizadas quatro entrevistas, mas também fiz uso de narrativas isoladas colhidas enquanto estava no campo. Para garantir o sigilo dos participantes da pesquisa, adotei nomes fictícios para citá-las no texto.

O texto foi construído baseado nas entrevistas, nas narrativas isoladas e em passagens de cartilhas. Utilizei diários de campo produzidos durante o estágio não obrigatório pela Secretaria de Assistência Social de Aracaju em 2011 e 2012 e outros produzidos quando eu retornei ao CRAS onde realizei parte do estágio.

Capítulo 2: Família e Comunidade: Fontes Geradoras de Vínculos Sociais

Antes de trabalhar não pensava a família nesse termo: fortalecimento de vínculo; só comecei a pensar depois de começar a trabalhar... pra mim essa noção de família é muito questionável. Tem muitas mães que são desapegadas dos filhos, talvez por necessidade ou por proteção... elas entregam os filhos cada um numa casa, a gente pergunta sobre os filhos e elas falam: “um tá na casa da tia, outro tá morando com a vizinha” sem demonstrar nenhum apego. Não existe mãe de um jeito só, não existe família de um jeito só. Até que ponto devemos interferir no objeto? (Bianca).

A família, enquanto construção social, é um espaço em um só tempo físico, relacional e simbólico, e está relacionada com espontaneidade e naturalidade. Ela constitui material privilegiado em que se constroem arquétipos sociais e mitos, os quais nem sempre são positivos. Ao lado da imagem contemporânea de família-refúgio, lugar de intimidade, afetividade, solidariedade e privacidade, juntam-se as imagens da família-que-mata, lugar de opressão, obrigação e egoísmo (SARACENO, 1997).

A instituição familiar pode transmitir práticas de cuidado e responsabilidade, como também de carência e vulnerabilidade. Ela pode ser protetora, ou até mesmo, produzir dano (JELIN, 1998).

Não só nas interações cotidianas, como também no imaginário da legislação e políticas sociais, essas multiplicidades de imagens estão presentes em falas como: “recuperar os valores familiares” “encorajar a solidariedade familiar” “famílias que expulsam seus membros doentes e necessitados” (SARACENO, 1997).

Pode-se afirmar que nem sempre o controle almejado pelo Estado é acompanhado de proteção pública no atendimento às famílias. Embora o Estado não tenha priorizado investimento financeiro no campo da seguridade social, assim como não tenha implementado, em termos de política social, estratégias que visem a superação de desigualdades sociais, a família é eleita *locus* privilegiado em programas de enfrentamento da questão social (CARLOTO; MARIANO, 2010).

Quando se trata da família pobre, ainda se enfrenta os limites das intervenções do poder público e o reduto da intimidade e da privacidade. Se, por um lado, ela está sujeita a intervenção de agências sociais e *experts* que, comprometidos com o

desenvolvimento e fortalecimento da nação, indicam práticas “adequadas” e “boas” no contexto familiar; por outro, é vista na legislação a família como espaço de singularidade e privacidade (CARLOTO; MARIANO, 2010).

Mesmo diversificada quanto a sua composição, a suposta “boa família” precisa ser capaz de prover financeiramente seus membros, de estabelecer vínculos afetivos positivos sem violência doméstica, de manter as crianças na escola, de cuidar da higiene, alimentação e vestuário delas e de conviver com parentes consanguíneos. E quando conquistar esse status, a família estaria potencializada para a autonomia, emancipação e exercício da cidadania (CARLOTO; MARIANO, 2010).

Além de controlar as “virtudes” das famílias, o Estado por meio dos seus serviços, ao longo dos anos, ao invés de intensificar a busca por direitos e cidadania acaba por discriminar o “território dos pobres”. Há a manutenção da insalubridade e da precariedade que o tem caracterizado. Os serviços não atendem a real necessidade da população. A cidadania inexistente ou é “concedida” em doses homeopáticas (COIMBRA, 2001).

Conforme Coimbra (2005), no “território da pobreza” - lugar que se assemelha a guetos, geograficamente definidos, composto por marginais que são assim conhecidos devido sua condição socioeconômica - existem pessoas que encontram novos usos e finalidades, novos sentidos para sua vida social e afetiva. Buscam-se caminhos e diferentes articulações, lógicas que destoam do seu presente subalternizado pelo perfil instrumental da sociedade ou que se distinguem do aprisionamento num cotidiano vivido com preconceito.

Acredita-se que a exclusão social mostra-se como obstáculo para o exercício da cidadania, visto que ela não se refere apenas à privação econômica, mas também a qualquer processo que dificulte o acesso a bens materiais e espirituais. Como a cidadania é encarada como o pleno gozo dos direitos garantidos pela ordem democrática, o fenômeno exclusão-inclusão social apresenta-se como faces do mesmo processo, sendo possível pensar a existência de políticas públicas que visam a inclusão, mas que encobrem determinadas formas de exclusão (SOUZA, 2004)

Despossuídos do seu poder de consumir, e desterritorizados, por fazerem parte de uma sociedade regulamentada pelas relações de trabalho, as famílias pobres não encontram no setor público os sistemas de proteção que garantam sua inclusão social (BASTOS, et al, 2008).

Se, por um lado, o Estado potencializa o estigma social, por outro, muitas vezes, há uma desimplicação com a mudança social. Segundo Bauman (2008), existe uma transferência de responsabilidade do funcionamento dos serviços do Estado para o mercado; cabe à iniciativa privada ou ao próprio sujeito dar conta do bem-estar da população, havendo um verdadeiro culto à “desregulamentação” e à “privatização”.

Hoje vive-se o tempo da tolerância do intolerável e só após um estremecer ótico e sonoro pode-se “perceber e sentir o mundo em sua intolerável beleza e seu profundo horror e miséria” (MACHADO, 2001, p.71). Em caso contrário, o intolerável continua a existir sem que ninguém faça nada a respeito. O exercício ético desse regime possibilita retirar da naturalidade algumas formas de tolerância que muitas vezes vivem consoantes com um modo de funcionar capitalista que nem sempre opera por “exclusão”, mas segundo estratégias de inclusão diferencial (MACHADO, 2001).

Como a família e a comunidade são alvos da prática de fortalecimento de vínculos. Neste capítulo foi retratada uma breve contextualização da família ao longo da história a partir da relação mantida com o Estado, foi dado ênfase aos preceitos que fundamentaram a Assistência Social que atuaram diretamente no modo de conceber a família e logo em seguida foi questionada a noção de comunidade.

2.1 O Estado, a Família e a Pobreza: Intercâmbio de proteção e de obrigação ao longo da história

No Antigo Regime francês, as famílias eram inscritas em relações de pertinência de redes de solidariedade, tal como as corporações e comunidades, e/ou de blocos de dependência de caráter feudal ou religioso. Elas se modelavam como parte ativa do sistema de obrigações, vínculos, bens e honras da época, que as organizavam nas relações sociais através de laços matrimoniais e obediências clientelistas (DONZELOT, 1980).

A família era mais uma realidade moral e social, do que sentimental. No caso das famílias pobres, ela não era nada além do que a instalação material de um casal num meio mais amplo, como uma aldeia, fazenda ou território dos senhores. Entre as famílias ricas, ela confundia-se com a prosperidade do patrimônio e a honra de um nome e inspirava sentimentos provocados pelas antigas relações de “linhagem” (ARIÉS, 1981)

Inicialmente havia abertura da relação familiar à comunidade, não havia separação entre a vida laboral, privada e social. Os festejos, convenções sociais, orações e trabalhos se desenvolviam na coletividade, limitando o progresso do sentimento de família. Valorizava-se obter uma posição mais honrosa no meio em que se vivia, onde os membros se viam, se ouviam e se encontravam mais do que a obtenção de riqueza ou de uma situação econômica mais favorável. Com os progressos da vida privada e da intimidade doméstica houve o aumento do sentimento de família, havia a necessidade de um mínimo de segredo/entricheiramento para que ele se consolidasse (ARIÉS,1981).

No que diz respeito ao exercício do poder social, o intercambio entre as instâncias públicas e as familiares se davam com base no patriarcado. Cabia ao chefe da família a ordenação do contexto familiar em busca de uma dignidade social e a detenção de um poder quase discricionário. Ele respondia por seus membros, podendo tomar decisões sobre os familiares, assim como puni-los, caso infringissem suas obrigações para com a família; tudo apoiado na autoridade pública que lhe devia ajuda e proteção. Se, por um lado, havia o suporte do estado, por outro, o chefe da família tinha que garantir a fidelidade à ordem pública e o fornecimento de impostos em forma de trabalho e de homens (DONZELOT, 1980).

As desordens ameaçariam a família de descrédito público e de pouca confiabilidade, visto que lançariam sobre ela a responsabilidade por não conter seus membros e por não cumprir suas obrigações (DONZELOT, 1980).

Nesse sentido, o Estado que se apoiava no medo do descrédito público e ambições privadas para assegurar as regras; via a não pertinência a uma família ou a ausência de um responsável sócio-político como um problema de ordem pública. Estes sujeitos seriam tidos como perturbadores do sistema de proteções e obrigações, uma vez que dependeriam da caridade e não haveria ninguém para suprir suas necessidades ou para retê-los nos limites da ordem. Quando não, dependeriam de Hospitais Gerais que, com o confinamento, colocava-os fora do jogo social, evitando escândalos (DONZELOT, 1980).

Para falsear a percepção da pobreza, a fim de não pôr em risco a ordem vigente, o Estado valia-se de três tipos de assistências que, seja escondendo, deslocando ou exibindo a pobreza, balizavam os problemas sociais por via da institucionalização da caridade, consagrando a ajuda como um direito, ou por via da repressão violenta da pobreza, a saber: Hospitais Gerais, Esmola Individual e Companhias de Caridade (DONZELOT, 1980).

Gradativamente, as barreiras que comprimiam os indivíduos em conjuntos orgânicos se abrem. A autoridade do chefe da família passa a ser questionada por aqueles que são vítimas dela. Aos poucos foram desenvolvidos mecanismos sociais que visam à integração social, frutos da combinação entre os imperativos capitalistas de manutenção da propriedade privada e as estruturas destinadas a produção de sujeição (DONZELOT, 1980).

Nesse contexto, a filantropia surge como estratégia de instauração dos equipamentos coletivos, que, articulada em dois pólos, garantiu a uma distância segura o desenvolvimento das funções do Estado liberal e a difusão de técnicas de bem-estar e de gestão da população (DONZELOT, 1980).

Havia o polo assistencial e o polo médico-higienista. Enquanto o primeiro, colocava o Estado como transformador de questões de direito político em questões de moralidade econômica, configurando-se como meio formal de disseminação de conselhos e preceitos de comportamento; o pólo médico-higienista, que lida com fatores ligados a salubridade, tem no Estado um meio de sinalizar enfraquecimentos físicos e morais geradores de risco para o bem-estar social (DONZELOT, 1980).

Ao contrário da caridade, a filantropia baseia-se em métodos considerados científicos e tem a expectativa de resultados concretos e imediatos. Pretendia-se a prevenção do desvio e a recuperação dos degenerados, de modo a tornar todos cidadãos úteis e independentes da caridade (RIZINNI; PILOTTI, 2011)

A família foi o principal foco das práticas higienistas: “O corpo sadio, limpo, válido, o espaço purificado, límpido, arejado, a distribuição medicamente perfeita dos indivíduos, dos lugares, dos leitos, dos utensílios, o jogo do "cuidadoso" e do "cuidado", constituem algumas das leis morais essenciais da família. (...)” (FOUCAULT, 1979, p. 199).

No Brasil, no final do século XIX e início do XX, houve o movimento higienista com bases nas teorias racistas, no darwinismo social e na eugenia que pregava o aperfeiçoamento da raça. A elite científica da época pretendia lutar por uma nação livre da “degradação moral”. A pobreza seria a principal responsável pela disseminação dos vícios que não condiziam com o ideal de nação e seria o alvo do “saneamento moral”.

Coimbra parte da concepção eugênica do séc. XX na qual se busca a perfeição da espécie humana e a obtenção de uma raça pura e forte, para tratar da moralidade das supostas “classes perigosas”. Ela cita que nas sociedades existem variedades de sujeitos que são tratados como se não possuíssem a inteligência do dever nem o sentimento de

moralidade dos atos, e cujo espírito não é suscetível de ser esclarecido. Qualquer uma dessas variedades é designada como classes perigosas e constitui-se para a sociedade como um perigo permanente (COIMBRA, 2001).

Havia o pressuposto de que os vícios e virtudes são, na maioria das vezes, originados de ascendentes. Os advindos de “boas famílias” têm tendência a ter virtudes, em contrapartida, os pobres traziam como herança os vícios. Paconé (2004), em seus estudos, verifica que hoje há resquícios do modo como eram vistos os pobres daquela época. Demonstrando uma perspectiva essencializante, os entrevistados, ao julgarem aqueles que cometeram algum delito, quando os consideravam “pessoas más”, construía discursos ligados à sua “genética” ou “índole”; mas quando considerados “pessoas boas”, afirmavam ser em decorrência da necessidade de sobrevivência.

Enquanto as famílias burguesas tiveram no cuidado ao corpo, a saúde e a limpeza das suas casas fontes de prazer e satisfação seguindo os ditames higienistas, as famílias pobres não investiam no zelo do corpo, nem o protegiam com tamanho afincamento (FOUCAULT, 1979).

A filantropia tem como chave mestra da assistência o estímulo à poupança, reforçando, por meio dela, a negação de preceitos socialistas e estatizantes. E, para que os apoios sejam de fato úteis, se encarregam de dar mais conselhos do que bens, baseado na crença de que os pobres devem transcender a lógica de dar/comandar e receber/obedecer do antigo regime e de que se precisa persuadi-los de que são senhores de si. Para eles, o conselho representaria uma tentativa de igualdade, pois há uma troca entre aquele que deseja influenciar e a perfeita liberdade daquele que o recebe. Há um investimento na perspectiva do exercício dos direitos políticos para que se tenha uma influência moral legítima com os pobres; não se quer dependência, mas sim uma influência legitimada (DONZELOT, 1980).

A lógica da poupança é a de que sejam reduzidas formas de solidariedade a fim de diminuir o risco de dependência e de insurreição, afinal, há o interesse de se introduzir na família a ideia de uma necessária supressão da pobreza na vida futura (DONZELOT, 1980).

Além da valorização do suporte à pobreza quando imbricado com o resultado positivo dos conselhos, há uma valorização de investigações minuciosas das necessidades das famílias baseadas na inserção no interior da vida do pobre. Não se queria tomar por pobreza verdadeira situações maquiadas. Soma-se a isso a necessidade de que o suporte promova o reergimento da família e, para tanto, investiga-se em suas

minúcias as distorções morais presentes em cada família. Não se podia dar vazão à preguiça, devassidão e irresponsabilidade que existe em torno da miséria (DONZELOT, 1980).

Com o passar do tempo, os mendigos suplicantes que expunham sua miséria e suas chagas sem pudor nas ruas tende a desaparecer. Estes passam a serem vistos como vagabundos perigosos que, seja por chantagem, seja por piedade, recebem tributos que competem ao Estado (DONZELOT, 1980).

Já que a miséria emanava hábitos e costumes desmoralizados, degradados por hábitos de vício e vagabundagem, a escola surgia com a missão de fazer penetrar a civilização no lar com ensinamentos preciosos de moralidade e ordem (DONZELOT, 1980).

A escola deixou de ser reservada aos clérigos, tornou-se uma passagem do estado da infância ao do adulto e reservava a necessidade nova de rigor moral. No séc. XVII as boas maneiras se configuravam como parte primordial da educação. Confeccionavam-se tratados de civilidade, muitas vezes reeditados, que eram como mandamentos da vida comum e guardiões dos verdadeiros valores. Era tamanha a importância que se dava à vida em sociedade que o fato da comunicação social era tido como essencial em si (ARIÉS,1981)

Com a escola, desenrolou-se progressivamente a preocupação dos pais em vigiar de perto os seus filhos, de não abandoná-los, ainda que temporariamente, aos cuidados de outras famílias. Havia nos tratados educacionais os deveres dos pais relativos à escolha da escola, a repetição dos estudos, a correção das crianças e quando elas dormiriam em casa. Eram verdadeiros manuais sobre deveres e responsabilidades, bem como aconselhamento das suas condutas em relação às crianças (ARIÉS,1981)

As medidas relativas à higiene pública e privada, a educação e a proteção dos indivíduos terão inicialmente efeito no nível da economia pela gestão ampliada da população e da conservação e integração. Com o tempo, irradia-se para a preservação da sociedade liberal e nesse sentido os higienistas incitarão o Estado a atuar por meio da norma, na esfera do direito privado (DONZELOT, 1980).

A relação adultos-criança-escola propiciou o desenvolvimento do sentimento de família, tornando o grupo familiar um núcleo de vida muito densa, estabelecida em círculos concêntricos de relações que se afrouxam no caminho para a periferia (parentes, amigos, clientes, ...). É possível ver a mudança do movimento de dispersão (famílias voltadas para a comunidade, ausência de traços do privado, microcosmo

social) para o movimento centrífugo (privatizações e intimidade da vida familiar, maior controle e responsabilização dos pais pelo Estado, maior preocupação das mães com os filhos de modo individual, ponderação no trato com os empregados e com os de fora da família) (ARIÉS,1981)

A influência do Estado sobre a família teve um aumento considerável no início do século XX, quando a soberania da família, presente no antigo regime, passa a ser de posse dos médicos, filantropos e magistrados da infância. Diante das leis que surgiram na época, os pais poderiam, pela primeira vez, perder a guarda dos seus filhos caso não garantissem para a sua família a segurança, a saúde, a “moralidade” necessária. A família agora era obrigada a se submeter a verificações e investigações por parte do estado. Caberia à população também delatar delitos e crimes contra crianças (DONZELOT, 1980).

Para as famílias denunciadas, havia visitas de assistentes sociais que visavam confeccionar relatórios que seriam entregues a juízes. Eles eram responsáveis por assinalar as famílias com crianças em situação de “risco”; risco esse definido por uma associação de critérios sistemáticos e rápidos de ordem médica e social (CASTEL, 1981). Caso fosse comprovada a situação, a polícia e a administração municipal, teria que entrar em ação a fim de apaziguar o conflito. Em um segundo momento, daria-se a abertura de um inquérito que visaria saber se a “intervenção para a proteção da infância” tem fundamento (DONZELOT, 1980).

Os alvos prioritários eram as famílias tidas como inestruturadas, já que se acredita numa predisposição ao perigo quando se existe a imoralidade, a falta de higiene, o sexo não convencional e a instabilidade profissional no seio familiar. Inclui-se no grupo também os alcoólatras, os ociosos e os que roubam. Esse espaço torna-se ideal para a aplicação de preceitos morais e médicos exercidos pelo Estado, de modo a se criar dependentes do sistema público (DONZELOT, 1980).

Surge então um corte no universo familiar. De um lado, têm-se as famílias tidas como “normais”, cujas histórias não chegaram aos serviços sociais; de outro, as famílias “em risco”, que, em meio à deficiência da sua rede, gerava os chamados “filhos da assistência”, os quais se tornavam adultos e procriavam crianças que seriam atendidas pelo Estado (CASTEL, 1981).

Tal intervenção do Estado sobre a família torna-se fonte de tensão e conflitos entre as famílias e a justiça, visto que havia o medo iminente da perda da guarda dos

filhos. Por outro lado, estimularia a dissimulação de sinais de “recuperação” da ordem familiar, na presença dos avaliadores da justiça (DONZELOT, 1980).

No final do Sec. XIX, surge um terceiro pólo filantrópico: o contrato e a tutela, que, com confluência na questão da infância, volta sua atuação para a infância ameaçada de perigo e aquilo que pode torná-la perigosa. Crianças moralmente abandonadas (vagabundas), delinquentes e insubmissas à autoridade familiar passam a residir em estabelecimentos de invenção do poder público ou com famílias da sua escolha (DONZELOT, 1980).

Com a suspensão do poder patriarcal, a tutelarização encontra espaço para vigilância econômica e moral. Tendo como aliados os objetivos sanitários e educativos, o Estado passa do lugar de interlocutor para posição de intervenção direta. Ao mesmo tempo, a iniciativa privada coloca-se a seus serviços, visto sua experiência com a gestão dos pobres, para normatizar uma tutela econômica com as famílias pobres.

A perfusão dos novos comportamentos sanitários, educativos e relacionais segue o caminho aberto pela poupança: a sedução. O não cumprimento dessas exigências pode justificar uma ação preventiva, cujo meio material será igualmente a fórmula da tutela.

A norma estatal e a moralização filantrópica, apoiando-se uma na outra, colocam a família diante da obrigação de reter e vigiar seus filhos se não quiser ser, ela própria, objeto de uma vigilância e de disciplinarização. A rede de relações de dependência e pertinência torna a família “em nexo de terminações nervosas de aparelhos que lhe são exteriores” (DONZELOT, 1980, p.76). Tem-se assim:

passagem de um governo das famílias para um governo através da família. A família não serve mais para identificar um interlocutor de pleno direito dos poderes estabelecidos, poderes da mesma natureza que ela. Transforma-se em relê, em suporte obrigatório ou involuntário dos imperativos sociais, segundo um processo que não consistiu em abolir o registro familiar, mas em exarcebar seu caráter, em tirar o máximo de suas vantagens e inconvenientes aos olhos de seus próprios membros, a fim de unir, em dois tipos de ligações, uma positiva e a outra negativa, as exigências normativas e os comportamentos econômico-morais (DONZELOT, 1980, p.77).

A família deixa de ser um modelo e passa a ser um instrumento. Um instrumento privilegiado para o governo da população, na medida em que, quando se quiser algo para esta, é pela família que se deverá passar (SILVA, 2005).

2.2 Comunidade é o jeito bonito que eles encontraram para falar de pobreza, favela? Seriam pessoas pobres reunidas?⁵

Nas cartilhas, a concepção de comunidade vem colada com a de territorialidade, pois as relações comunitárias seriam intrínsecas ao território. Conforme citamos anteriormente, a matricialidade territorial é um dos parâmetros norteadores da ação do CRAS, que toma o território como fator para a compreensão e o enfrentamento das situações de risco e vulnerabilidade social (BRASIL, 2009).

De acordo com as orientações técnicas do CRAS, o território não se restringe a delimitação espacial, ele abrange as relações de reconhecimento, afetividade e identidade entre indivíduos que compartilham a vida em dada localidade. É no território que se expressam a solidariedade, a extensão das relações familiares para além da consanguinidade, o fortalecimento da cumplicidade de vizinhanças e o desenvolvimento do sentimento de pertença.

Baseadas nessa concepção, as cartilhas orientam que as oficinas voltadas para a comunidade apresentem o desenvolvimento de projetos coletivos, assim como a busca do empoderamento⁶ da comunidade e o desenvolvimento de autonomia⁷ e protagonismo⁸ em cada um dos seus membros. Orienta-se também que os encontros tenham caráter reflexivo e problematizador das questões vividas no território e das situações que revelam cristalizações, naturalizações e individualizações.

A maioria das recomendações técnicas para as ações do PAIF volta-se para o âmbito das relações familiares, mas há duas recomendações para a atuação na

⁵ Fala de usuário do CRAS durante um atendimento, 2011.

⁶ *Empoderamento*: Em linhas gerais, “é a ação coletiva desenvolvida pelos indivíduos quando participam de espaços privilegiados de decisões, de consciência social dos direitos sociais. Essa consciência ultrapassa a tomada de iniciativa individual de conhecimento e superação de uma situação particular (realidade) em que se encontra, até atingir a compreensão de teias complexas de relações sociais que informam contextos econômicos e políticos mais abrangentes” (BRASIL, 2012b).

⁷ *Autonomia*: “Capacidade do indivíduo, famílias e comunidade de elegerem objetivos e crenças, de valorá-los com discernimento e de colocá-los em prática sem opressões. Tal apreensão se opõe à noção de autossuficiência do indivíduo perante as instituições coletivas ou à ausência de coerções sobre preferências individuais, incluindo os direitos sociais que visam protegê-lo” (apud PEREIRA, P. A. P. Necessidades Humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais. São Paulo: Cortez, 2000, p.70.)

⁸ *Protagonismo*: “Capacidade de indivíduos, famílias e comunidades de exercer a independência e a autodeterminação na sua vida pessoal, na convivência social e profissional e em sua participação na vida coletiva, imprimindo visibilidade pública aos seus anseios, interesses, necessidades, demandas e posicionamentos como sujeitos de direitos e seus modos próprios de expressá-las” (apud BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Projovem Adolescente. Caderno do Orientador Social: Ciclo II: Percurso Socioeducativo V: “Coletivo Articulador – Realizador”: Participação Cidadã. Brasília: BRASIL, 2009, p. 23).

comunidade: a intensificação de atividades de cunho cultural e a atenção especial a etnias diferenciadas.

A respeito da primeira, as ações precisam explorar a identidade cultural do território com o objetivo de fortalecer o sentimento de pertencimento da comunidade residente e estreitar os laços sociais; para tanto se sugere o uso de recursos metodológicos que envolvem a arte, a literatura, a dança, os rituais religiosos, já que estes seriam elementos identitários de um conjunto de pessoas, os quais servem de canal de socialização e representariam os modos de vidas de uma sociedade ou grupo (BRASIL, 2012 a).

Em relação à segunda recomendação, afirma-se que o atendimento a comunidades e povos tradicionais são prioritários, em especial as comunidades quilombolas e os povos indígenas, tendo em vista a materialização do pressuposto do SUAS de tornar visíveis setores da sociedade brasileira tomados como invisíveis ou excluídos (BRASIL, 2012 a).

Como não está explícito nas cartilhas qual o conceito de comunidade adotado, apenas dando pistas que a comunidade se confunde com a ideia de território, segue alguns nortes reflexivos sobre esse tema.

Olhares sobre a comunidade

Não é possível lidar com temas como: violência, exploração sexual, uso de drogas ilícitas... sem uma imersão na comunidade. É preciso que a comunidade entenda que aquilo que atinge um diz respeito a todos nós. É preciso entender dos problemas sociais, das questões políticas, do poder de transformação para que seja mudada a realidade social (Roberto).

Embora a política de assistência social sinalize a importância de ações voltadas a comunidade. Observamos que nem sempre esse objetivo é compreendido com mesmo grau de prioridade. O entendimento de que se deve combater o lidar de forma individual e focalista com questões de ordem social comum a muitos, também não é um consenso. Essas distinções de olhares sobre a relação do serviço com a comunidade determina o enfoque das ações nos diferentes CRAS, no CRAS João Oliveira as ações comunitárias ocorriam de forma esparsa, salvo as ações do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo.

O serviço prevê fortalecimento de vínculos comunitários. Mas como? Se a imersão na comunidade está limitada pelo tempo que gastamos com as obrigações dentro do CRAS. (...) pra trabalhar com comunidade precisa primeiro fazer com que os usuários se percebam como comunidade, demanda um investimento de tempo e de ações (Bianca)

Quando se fala em comunidade há algumas distinções conceituais que diversificam o olhar sobre essa conjuntura.

Há autores que a concebem como um grupamento humano em que as relações entre seus integrantes são permeadas por três atributos fundamentais: distinção, pequenez e auto-suficiência.

A organização do espaço se daria com a forte marca da diferença. Há a necessidade de saber quem são os componentes do círculo comunitário, e identificar e diferenciar os “outros”. Desse modo, não há espaço para intermediários – há o imperativo de uma dicotomia, algo que, inclusive, pode estar acentuado nos limites geográficos. Além da distinção dos membros, ela é geralmente caracterizada pela pequena porção territorial, de modo que todos saibam onde inicia e termina o lugar. Com os limites determinados, é comum manterem-se isolados, sendo importante para isso desenvolverem os meios necessários para sua subsistência e para que todas as necessidades das pessoas sejam atendidas. Em meio a essa estrutura, os sujeitos vinculam-se com sentimentos recíprocos de simpatia e ajuda (BAUMAN, 2003)

Para Tonnies (1935), ao passo que a sociedade remeteria a imagem de uma estrutura mecânica e imaginária, a comunidade lembraria um organismo vivo com componentes organicamente ligados. Nessa concepção, os homens agiriam de modo a expressar a vontade e o espírito da unidade coletiva, permanecendo unidos a despeito de tudo que viesse a separá-los.

A ligação entre os componentes comunitários ocorreria desde o nascimento e permaneceria tanto no bem-estar quanto no infortúnio. Tudo aquilo que é partilhado e íntimo, seria vivido exclusivamente em conjunto, por meio de um modo de vida comum, verdadeiro e duradouro.

O conhecimento íntimo de cada um possibilitaria um consenso sobre as vontades reais e as escolhas da comunidade, na medida em que estaria atrelado a uma

participação direta de cada qual na vida dos outros, assim como pela existência de uma convivência autêntica e de compartilhamento de experiências.

A depender da relação entre os membros podem-se considerar três gêneros de comunidade: a de parentesco, a de vizinhança e a de amizade (TONNIES, 1935).

Enquanto na comunidade de parentesco os membros são interligados por laços de sangue dividindo memórias e tradições familiares em um mesmo lar e lugar, na de vizinhança, a necessidade de ordenação e de administração do bem comum propicia a criação de uma vida em conjunto com laços de confiança. Já a comunidade por amizade distingue-se das outras duas por não estar necessariamente ligada a um lugar fixo e por ser marcado pela semelhança. Há uma preferência por atividades, condições de trabalho ou modo de pensar similar; o que ocorre em comum contribui diretamente na sustentação dessa relação (TONNIES, 1935).

Sob outro ângulo, Bauman (2003) sinaliza a comunidade como algo que não existe e nem nunca existiu, que acontece apenas como um ideal de aconchego e segurança frente à instabilidade das relações afetivas na atualidade.

Pensando a noção de comunidade no ocidente, Jean Luc Nancy afirma que ela vem contraposta à idéia de Sociedade. Enquanto esta é tomada como a perda ou degradação da comunidade, comunidade seria aquilo que a sociedade destruiu. Caracterização marcada pelo o que não se tem mais, pela ausência.

Ao dar ênfase ao que não existe, a tradição histórica volta-se para a perda de uma intimidade comunitária tecida por laços harmoniosos e estreitos que se remetem a uma unidade simbólica e representacional que supostamente precisa ser reencontrada ou reconstruída. Nancy aponta a necessidade de um voltar-se para o passado com um olhar nostálgico frente à perda da familiaridade, fraternidade e convivialidade provenientes da fragmentação da comunidade, quando na verdade ela nunca existiu. Para o autor, não houve comunidade indígena ou, até mesmo, cristã; a sociedade, enquanto associação dissociante de forças e signos, tomou lugar de algo que não tinha nome nem categoria. Ela não se constituiu sobre a ruína de uma comunidade – a comunidade é o que acontece a partir da sociedade (PELBART, 2002).

Muitas vezes as formas de organizações sociais arcaicas são retratadas negativamente, sendo abordada segundo critérios de falta e de inferioridade; existem, por exemplo, composições onde a ausência do Estado e de estruturação do trabalho é ressaltada enquanto incompletude. Se há algo que está incipiente ou defeituoso,

provavelmente há um modo de ser onde se deveria estar, um formato previsto *a priori* (CLASTRES,1974).

Ao julgar as formações sociais conforme as referências do mundo atual, negam-se possibilidades de existências que fogem de certa determinação (CLASTRES, 1974). Nota-se a tentativa de captação e de uniformização. Nesse sentido, comunidade seria, então, toda forma de organização que não corresponde a um padrão imposto pela conjuntura social.

Com perspectiva semelhante, Pelbart (2002) descreve a história de Bartleby⁹, copista silencioso e sombrio que realizava suas tarefas diárias de forma apática e atípica, sempre acompanhadas da resposta: eu preferiria não. Mesmo com inúmeras tentativas de fazer com que Bartleby mudasse sua postura, ele persistia na impessoalidade. A passagem serve de analogia ao homem que não se adequa ao Estado, ou ao modo de ser homem imposto pela sociedade. Segue negando a hierarquia, a intimidade e a compaixão. Em um mundo dicotomizado entre os que se enquadram e os rebeldes, aqueles que apresentam configuração distinta tornam-se homens sem referências, escorregadios o suficiente para não serem captados pelas categorias do Estado. Para o autor, mais do que um anonimato inexpressivo há um apelo por uma nova comunidade.

⁹ A história de Bartleby encontra-se: H. Melville, Bartleby, o escriturário, Rio de Janeiro, Rocco,1986.

Capítulo 3: Nas Imediações das práticas de fortalecimento de Vínculos Familiares e Comunitários

O fortalecimento de vínculos familiares e comunitários é o recorte de reflexão norteador do meu trabalho. Ele aparece na tipificação como um dos meios de prevenir situações de vulnerabilidade e risco social nos territórios juntamente com o desenvolvimento de potencialidades e aquisições e a ampliação do acesso aos direitos e cidadania.

Ele surge como proposta nas atividades do PAIF a partir de uma reversão de paradigmas na atenção às famílias por parte do Estado.

O Estado historicamente teria assumido a família como “incapaz” de proteger seus membros e, com base nessa premissa, acabou implantando políticas paternalistas marcadas por ações verticalizadas, modeladoras e coercitivas sobre o modo de vida das famílias, sobretudo, as pobres, o que gerou descaso em relação à preservação dos seus vínculos e ao acirramento das desigualdades sociais.

Sendo assim, as legislações passaram a embasar a concepção de que a esfera estatal, em situações de enfraquecimento de vínculos familiares, deve elaborar estratégias de atendimento às famílias, de modo a garantir que todas as possibilidades de preservação dos seus vínculos sejam esgotadas antes da decisão pela sua ruptura.

Nas cartilhas, o rompimento de vínculos seria a ruptura dos laços de afetividade, proteção e responsabilidade entre os membros familiares e a sua prevenção estaria articulada à ideia de fortalecimento da função protetiva da família, uma vez que a família foi eleita “como espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primárias, provedora de cuidados dos seus membros, mas que precisa também de ser cuidada” (BRASIL, 2009, p.12).

Além dos formatos ou modelos que assumem, as cartilhas sinalizam também que a família é mediadora das relações entre os sujeitos e a coletividade, demarcando, continuamente os deslocamentos entre o público e o privado, e gerando modalidades comunitárias de vida (PNAS, 2004). Desse modo, fortalecer vínculos comunitários é fortalecer os vínculos entre as diversas famílias do território, gerando ações que possibilitam relações de troca e solidariedade, assim como a criação de espaços que viabilizem discussões e reflexões na comunidade (ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2007).

Assim, o desafio na prática de fortalecer vínculos seria não adotar uma postura individualista ou de culpabilização para os fenômenos que ocorrem nos seios das

famílias, embora exista um estímulo a ser adotada a noção de responsabilidade pessoal, levando os sujeitos a assumir a autoria dos seus atos e de suas consequências, intencionais ou não, como se não houvesse um determinante sócio-político em voga. Trata-se de uma luta por não firmar uma modalidade de ação de “família persecutória”¹⁰ (CASTIEL; DIAZ, 2012).

Nesse capítulo, pretendo levantar questões em torno da prática de *fortalecimento de vínculo familiar e comunitário*. Inicialmente, debrucei-me sobre as concepções das cartilhas a respeito da finalidade da prática de fortalecimento de vínculo, ressaltando algumas premissas que fundamentam tal prática. Posteriormente, ative-me a aspectos que possivelmente são forjados ao se pôr em prática certo modo de fortalecimento de vínculo.

3.1 Percorrendo as cartilhas: Premissas e finalidades do fortalecimento de vínculo

Orienta-se a fortalecer vínculos com objetivo de combater as vulnerabilidades sociais e assim evitar que algum direito seja violado.

A pobreza está fortemente relacionada a situações de risco e vulnerabilidade social. No pensamento econômico clássico, a pobreza não era abordada como um tema central; havia um foco em questões ligadas ao desenvolvimento econômico, ao salário e a riqueza. Ela era retratada de forma unidimensional, estando relacionada apenas a aspectos monetários, renda e consumo. Nesse sentido, o trabalho era o diferencial da qualidade de vida dos indivíduos, já que estes seriam remunerados de acordo com seu nível de produtividade. E produtividade baixa geraria retribuição insuficiente (SCHERER-WARREN, 2012).

Indo de encontro a essa perspectiva, há uma abordagem multidimensional da pobreza que além de critérios de renda leva em consideração aspectos de ordem social e subjetiva, como: a falta de acesso a serviços de ordem primária, tais como saúde, educação; a ausência de liberdades e habilidades necessárias para ter acesso aos meios de subsistência; a dimensão objetiva e subjetiva do próprio indivíduo pobre diante do não ter renda; o nível de acesso a políticas públicas e aos direitos sociais; a participação política. (SCHERER-WARREN, 2012).

¹⁰ Expressão que visa parafrasear o termo “saúde persecutória” adotada pelo autor Castiel que faz referência às propostas de lógica individualista, hegemônica e culpabilizante de promoção à saúde com evidências científicas. A família persecutória seria a norteadora por práticas que assumem a família como um sujeito indivíduo responsável por tudo que lhe acontece.

Nessa concepção, há a possibilidade de existência de várias formas de pobreza, bem como de constituir gradações para esse fenômeno.

Apesar da frequente associação das ações às famílias pobres, a vulnerabilidade nas cartilhas é apresentada como não correspondente à pobreza, apenas agravada por ela. Há a ênfase de que a vulnerabilidade, quando não enfrentada, pode virar risco social que se manifesta mais como uma condição do que como estado, podendo atingir ciclos intergeracionais e revelando-se de formas diversas (BRASIL, 2012 b).

Embora as vulnerabilidades sejam consideradas de caráter multicausal, foram elencados nas cartilhas elementos e tipos de vulnerabilidades com o pretexto de auxiliar a atuação profissional. No que se refere aos elementos, podem-se citar três, os quais se configurariam como eixos das vulnerabilidades sociais: a inserção e estabilidade no mercado de trabalho; a debilidade das relações sociais; e a qualidade e regularidade de acesso a serviços públicos.

Quanto aos tipos de vulnerabilidades provenientes do relacionamento humano, foram apontados alguns: os conflitos entre pontos de vistas, interesses e modos de vida diferentes; preconceito e discriminação; abandono de membros da família; apartação de convivência por barreiras físicas, culturais e/ou religiosas; confinamento institucional ou físico para evitar supostos perigos; isolamento por ausência de relacionamentos regulares e cotidianos e violência com uso de força física e/ou psicológica (BRASIL, 2013).

Por vezes, as vulnerabilidades também são produções deflagradas pelo local habitado. A interação do meio físico humano e o ambiente propicia a trama de relações cotidianas e modos de vida, o que faz do território um importante fator de origem de vulnerabilidades. Daí o desenvolvimento de ações baseadas na territorialização, uma forma de descentralização política com vistas à abrangência de relações de reconhecimento, afetividade e identidade entre pessoas que compartilham a vida em determinado local (BRASIL, 2013).

Para combater as vulnerabilidades, cabe agora ao CRAS o papel de fortalecer os vínculos familiares e comunitários com ações de caráter protetivo, preventivo e proativo.

Entende-se por protetivas, as ações que visam apoiar, amparar, resguardar, defender o acesso das famílias a seus direitos; por preventivas, as ações orientadas para evitar a ocorrência ou agravamento de situações de vulnerabilidades e riscos sociais; e por proativas, as ações que antecipam as situações de vulnerabilidades e riscos sociais

baseadas no conhecimento prévio do território, dos fenômenos e características sócio-econômicas e culturais da região (BRASIL, 2012a).

O processo de fortalecer os vínculos se dá por um trabalho com as famílias que intervém nas situações de vulnerabilidade relacional produzindo proteção socioassistencial. A vulnerabilidade é relacional porque é fruto de vínculos que os sujeitos têm com os grupos familiares e sociais, os quais interferem no modo como os sujeitos se percebem em uma determinada comunidade.

O termo fortalecimento de vínculo é extremamente subjetivo, imaterial, existencial, que dá margem pra uma série de definições, mas no que se refere à assistência, acho que as atividades coletivas, as ações em grupo com dinâmicas e palestras e discussão voltados para esse tema sejam metodologias interessante pra lidar e pra promover isso nas pessoas porque fazem com que as pessoas entrem em contato com seus afetos, tenham um tipo de reflexão sobre as consequências das suas ações e escolhas e possam se direcionar de forma mais proativa , eu acho que é possível fortalecer vínculo nesse sentido. Despertar um olhar mais coletivo, voltado pra consciência ecológica das pessoas (Débora).

Os vínculos são inerentes aos encontros entre pessoas e podem favorecer a expansão da vida, gerar sentimentos de valorização e potência ou estimular ações e mudanças – neste caso estaríamos diante de vínculos fortalecidos; por outro lado, quando os encontros provocam subordinação, desqualificação ou impotência, haveria a fragilização dos vínculos (BRASIL, 2013).

A fragilização de vínculos estaria também ligada à mudança de paradigmas sociais. A PNAS (2004) aponta que em meio às transformações ocorridas na sociedade relacionadas à ordem econômica, à organização do trabalho, à lógica individualista e à mudança de valores, houve mudanças radicais na organização das famílias. Essas mudanças envolveram aspectos positivos e negativos e desencadearam um processo de fragilização de vínculos familiares e comunitários que tornaram as famílias mais vulneráveis. Elas podem ser ilustradas no enxugamento de grupos familiares (famílias menores), na variedade de arranjos familiares (monoparentais, reconstituídas), no empobrecimento acelerado e no aumento de movimentos migratórios.

Tendo em vista o potencial dos vínculos, as ações se desenham de modo a valorizar a convivência e a participação social, criando oportunidades de compartilhamentos, vivências de cidadania, movimentos e informações. Com potenciais de romper barreiras simbólicas e de poder, os vínculos são passíveis de mobilizar ações coerentes com cada um e com a coletividade. Eles possibilitam produzir sujeitos capazes de afetar e serem afetados, reconhecendo-se como produtores e produção dos contextos que vivem, assim como de fazer escolhas e tomar decisões coletivas (BRASIL, 2013).

O desafio do fortalecimento de vínculo se configura no âmbito da proteção básica como alvo de responsabilidade pública que busca combater as desigualdades e promover o desenvolvimento humano. Para tanto, são sinalizados fatores referentes ao campo relacional que embasarão esse objetivo e que, conforme as cartilhas, precisam ser valorizados nos trabalhos com as famílias (BRASIL, 2013).

Assim, considera-se que as *relações de parentesco* são fontes de afeto e apoio ordinários, embora nem todas as relações familiares sejam capazes de proteger. Laços positivos e presenças afetivas entre familiares precisam ser identificados e valorizados. As *relações de amizade*, enquanto laços que geram o gostar e o apreciar do outro, bem como o compartilhamento de interesses comuns, são capazes de gerar proteção social, dadas as evidências de reciprocidade. As *relações de trabalho e ocupação* podem gerar laços de parceria nos desafios produtivos e na comemoração de suas realizações. As *relações de cidadania*, fruto da convivência dos sujeitos de direito, são importantes fontes de aprendizado, de diálogo e de conquistas. As *relações com os profissionais da assistência* são suporte de continuidade no enfrentamento das vulnerabilidades.

3.2 Fortalecer vínculos para prevenção social: combatendo os riscos e vulnerabilidades sociais

O CRAS como unidade básica da assistência social tem suas ações voltadas para a prevenção de riscos sociais. Nesse contexto, a prática de fortalecimento de vínculo se apresenta como ferramenta de prevenção social.

Por ser uma prática com vistas à prevenção, ela enfrenta o desafio da dificuldade de mensurar os efeitos dela, como também surge em contramão a um fluxo de ações de caráter curativo, com foco em problemáticas já estabelecidas. Desafios estes que podem ser ilustrados pelas falas a seguir:

Não gosto da unidade básica; na especializada as coisas estão instauradas, são mais difíceis, mais complexas, mas vemos diferença quando atuamos. No CRAS a gente fica correndo de um lado para outro e não vê a coisa acontecer (Silvia).

Prevenção? É muito imaterial, é muito invisível. Primeiro porque o que eu acredito que seria uma prevenção social seria uma educação voltada para o social, já que temos uma educação voltada para o desenvolvimento intelectual, mas do que o desenvolvimento moral e integral do ser humano, que a gente trabalhasse no foco mais direcionado nos temas e nas ações socioeducativas. (...) sem falar que às vezes tenho a sensação de que esperam que a gente conduza os usuários assim: “Ei, evite transtornos, busque seu vizinho, esqueça o apoio do Estado!” (Débora).

Comumente não observamos no CRAS ações que priorizem a prevenção social. As possibilidades de inclusão dos usuários nas políticas públicas são escassas e de frágil alcance preventivo. Investidas de cunho socioeducativo e de integração da comunidade acabam sendo pulverizadas. São apontadas dificuldades na concepção, manutenção e avaliação de práticas de prevenção social. Dentre as modalidades de atribuições do PAIF, as mais realizadas são as de caráter burocrático e que exigem a confecção de relatórios e respostas para a rede intersetorial.

Se consolidar uma política pública visando prevenção social é um desafio, a situação complexifica-se quando introduzimos a necessidade do estímulo à autonomia e ao protagonismo social, como orientado nas cartilhas. O que se pretende quando se orienta a estimulá-los? Como alcançá-los frente às forças de controle do Estado? Os usuários seriam bem recebidos se porventura chegassem a se articular politicamente na sua comunidade e resolvessem ocupar com bastante autonomia o CRAS ou a secretaria de assistência social para reivindicar a falta de algum benefício socioassistencial? Será que essa autonomia seria uma espécie de “se vira sem mim”?

A prevenção social comumente traz consigo a premissa de intervenções que envolvem o desenvolvimento de uma “autonomia responsável” e de um autocontrole dos sujeitos com o fim de evitar agravos nas “situações problemas” antes que as ações tornem-se ineficazes. Para tanto, articulam-se práticas que viabilizem os sujeitos a

controlarem e dirigirem suas vidas e que estimulem a capacidade de convivência e de mudança do seu meio ambiente (CASTIEL; DIAZ, 2012).

Essas práticas baseiam-se em lógicas médicas e sociais de prospecção e vigilância dos riscos sociais. Não resultam de um perigo exato, mas da relação de fatores ou dados gerais impessoais que favorecem o aparecimento de situações indesejáveis em termos de probabilidade (CASTEL, 1981). Como a palavra risco pode estar associada tanto à ideia de perigo ou dano quanto à de probabilidade de surgimento de novas construções psicológicas e sociais (BASTOS, 2004), o risco social pode ser caracterizado como sendo da ordem do virtual, visto que não se tem certeza absoluta de que eles venham de fato a ocorrer, e suscita uma atmosfera conspiratória a respeito das ameaças que os cercam, as quais podem, inclusive, se renovar a qualquer momento (CASTIEL; DIAZ, 2012).

Decerto que não bastam as intervenções preventivas, é preciso também que os sujeitos entendam que precisam se prevenir. Com base nisso, prolifera-se a difusão de informações com vistas à capacitação do sujeito, possibilitando-o de ter uma “escolha informada” por uma vida segura. Essas intervenções pretendem-se não diretivas, de maneira a respeitar os desejos e necessidades das famílias em função de uma dada noção de autonomia sob a égide de um ideal de cidadania (CASTIEL; DIAZ, 2012).

Para Castiel e Diaz (2012) a autonomia abarca a ideia de responsabilidade pela escolha quando apresentada em termos de privacidade, vontade, autossuficiência, autocontrole, liberdade de escolha, autogoverno. Em linhas gerais, ela é tida como “a capacidade humana de produzir as leis para autogestão e, também, de compartilhá-las com os demais humanos” (p.87).

Para alcançar esse campo autônomo, tem-se o governo das condutas que produzem liberdades por meio de intervenções específicas e diferenciais que combinam juridicalizações (desde o Estado) com tecnologias sociais de gestão (AUGUSTO, 2012).

Viver de forma prevenida torna-se mais complexo quando se envolvem instituições que controlam a prevenção apropriando-se da lei, dos usos e costumes e/ou da consciência. Nessa ótica, prevenir torna-se um dever ou obrigação, já que é preciso prestar contas a instâncias de regulação (CASTIEL; DIAZ, 2012).

O Estado, por meio das políticas públicas, produz condições que intensificam a formação de sujeitos de ação, muito mais do que de sujeito de direitos, uma vez que a

liberdade de ação é o elemento que falta para o governo das condutas, enquanto os direitos já devem ser garantidos pelo Estado (AUGUSTO, 2012).

Segundo Cristiano (2005) citado por Castiel (2012) essa responsabilização dos sujeitos pode se articular pelo nível pretérito e pelo nível do futuro. Nível pretérito porque o sujeito é obrigado a assumir uma vinculação com um dado objetivo, apesar de ser uma situação que já ocorreu, e há a pressuposição de uma aceitação por parte do sujeito, que se vê compelido a executar algum tipo de correção ou ação indenizatória (terreno da justiça). Nível do futuro porque se dá a obrigação de antecipar uma cadeia de eventos de modo a evitar acontecimentos indesejáveis (terreno da prevenção).

Muitas vezes, para garantir a efetividade da prevenção, desenvolve-se uma espécie de culpabilização dos sujeitos, que pode se processar por duas vias: a aterrorização do apreensivo – aqueles que tentam adotar estratégias de evitação das situações de risco no dia-a-dia – e a responsabilização do negligente – aqueles que correm riscos e não adotam os comportamentos adequados.

A culpabilização é um poderoso instrumento de ordem social que visa normatizar e viabilizar o convívio humano. A ameaça de culpa pode ser constrangedora para a maioria das pessoas, uma vez que a culpa geralmente estigmatiza os indivíduos, colocando-os em juízo social depreciativo em função de uma falha, transgressão em relação à moral ou às leis vigentes. Ela está ligada à noção de responsabilidade, ou seja, a capacidade de responder socialmente pelos próprios atos (CASTIEL; DIAZ, 2012).

Esses mecanismos de proteção social aparecem como meios para que os sujeitos consigam adequar-se aos ditames do Estado sem a necessidade de intervenção deste. Seguindo essa lógica, faz-se necessário que os sujeitos adotem posturas “virtuosas” e de autovigilância para prevenir transtornos que ponham em risco a ordem pública, bem como que estes desenvolvam redes de suporte entre si para que sejam resolvidas as possíveis desordens sem a atuação direta do Estado.

3.3 O Fortalecimento de Vínculos na gestão da vida

Nas cartilhas, a ideia de vínculo aparece associada à capacidade humana de sociabilização. De forma sintética, ele é compreendido como um apoio com que as pessoas contam em situações difíceis e um reconhecimento social proveniente da

representação que as pessoas têm de seus pares. Trata-se de um “com que” as pessoas contam e “para que” conta-se com elas (BRASIL, 2013).

Nas cartilhas, ainda, a convivência aparece como a forma de garantir sociabilidade e o vínculo surge como resultado desse processo. Ressalta-se que é no encontro entre os diferentes sujeitos de direito que se produzem ligações que possibilitam a estes afetarem-se e, assim, tornarem-se produtores e produto do contexto em que vivem, capazes de escolhas e decisões coletivas (BRASIL, 2013).

Nesse sentido, o vínculo perpassaria pela dimensão da esfera privada (intrafamiliar) e a sociabilidade mais ampla (vínculos por escolhas afetivas ou de identidade social) até chegar ao âmbito do serviço público, que intensifica as relações de cidadania pautadas em responsabilidades do Estado e direitos dos cidadãos (BRASIL, 2013). Mas como se daria o fortalecimento de tais vínculos?

O que sinto hoje é que Fortalecimento do vínculo é o fortalecimento do vínculo da criança com o educador. (...) é como se fosse assim, a criança vem pra não ficar na rua, pra não ficar sozinha em casa, aí seu trabalho de fortalecer o vínculo da criança com a família é muito precário porque eu não sei te dizer se aquela criança é um verdadeiro multiplicador efetivo daquilo que ele aprende aqui, até porque eu sinto que os educadores não recebem um acompanhamento e um suporte da política como funciona hoje, né? E aí não sei se você trabalha muito um vínculo afastado. Você está entendendo? Porque a mãe não vai deixar de estar trabalhando pra tá aqui, ela precisa garantir o sustento dessa família, o pai não vai deixar de tá trabalhando pra tá aqui porque isso é o sustento da família, eu falo a mãe e o pai, mas às vezes é a avó, ou a mãe sem pai.(...) tem a relação da criança com a comunidade... da relação dessas pessoas com a comunidade, que elas conheçam as redes de serviço, isso é fortalecer minimamente, eu acho que talvez esse objetivo seja alcançado, a criança, quando eventualmente acontecer uma situação, ela sabe onde procurar, podemos dizer que o objetivo da gente é parcialmente alcançado (Ana).

No que se refere a rotina dos grupos do SCFV para crianças e adolescentes, o contato com os responsáveis por estes é bem restrito. Eles não têm o hábito de participar com afincos das reuniões de pais e responsáveis ou dos eventos comunitários ofertados pelo CRAS. O serviço acaba se voltando para os grupos, seus componentes têm momentos de interação lúdica e participam de oficinas ligadas aos direitos, à cidadania e

ao exercício físico. Há um prestígio pela transmissão de informações e a orientação de condutas. Em termos de intervenção intrafamiliar, o SCFV não tem atendido muito esse requisito, já os atendimentos do PAIF, por serem mais voltados para os adultos, acabam favorecendo esse tipo de intervenção.

As práticas dos técnicos do CRAS visam moldar a conduta dos sujeitos e, dessa forma, disciplinam e produzem sujeitos de determinados tipos. Assim sendo, quando os técnicos “orientam” as famílias e comunidades, com vistas ao fortalecimento de vínculo, algo é produzido.

Várias ações das políticas públicas que visam o cuidado dos sujeitos acabam por ser uma promoção de ajustamento social e uma abolição da diferença. Confunde-se a ideia de incluir com a de normalizar (VASCONCELOS; MENDONÇA, 2009).

Acrescenta-se a isso o fato de que as ações estão sendo decididas em lugares inacessíveis às famílias, por instâncias de poder misteriosas, que maquinam sobre os destinos dos sujeitos sem o conhecimento da existência destes (CASTIEL; DIAZ, 2012).

Muito se acredita que, a partir da “orientação”, as pessoas estariam aptas a decidir sobre sua vida futura, mas cabe assinalar que as decisões não falam necessariamente de uma autonomia, já que elas se dão numa situação “dirigida” e não propriamente “escolhida”. A liberdade de escolha se dá em alguma medida de forma regulada (COSTA, 2005).

Pode ser falaciosa a associação da ideia de conscientização com a consolidação de emancipação e da igualdade. Nos estudos de Costa (2007), observou-se que, mesmo diante da conscientização dos professores a respeito dos fatores políticos, históricos e culturais que degradam o status do seu campo de trabalho, os profissionais continuam impossibilitados de operar transformações significativas. É preciso considerar que existem condições restritivas, objetivas e subjetivas que permeiam as questões ligadas a sua ocupação e que atuam no processo de mudança. O fato de serem conscientizados e, até mesmo, atuantes e críticos, não garante a autonomia para imprimirem outros direcionamentos.

O Estado volta-se para as famílias tomando-as como instrumento de gerenciamento das formas de viver. Apropria-se de elementos discursivos e não-discursivos que propiciam a circunscrição de relações de poder em quadros de referência específicos. Essas práticas se corporificam em esquemas de comportamento, em conjuntos de técnicas e em instituições que transmitem modos precisos de

subjetividade. Engendra-se uma economia de poder que promove a gestão da vida, a vigilância dos indivíduos e a administração da população (FOUCAULT, 2005). Uma tecnologia de poder que surge no final do século XVIII sob a égide do direito de fazer viver e deixar morrer conhecida como biopolítica opera nesse contexto.

Fala-se em fazer viver, um tipo de produção de vida, o voltar-se para a população e, por meio de previsões e estimativas estatísticas, estabelecer mecanismos reguladores da vida em nível global, almejando atingir uma espécie de equilíbrio, homeostase, no campo aleatório da população. Interessa-se sobre a natalidade, morbidade, incapacidades biológicas diversas e o efeito do meio sobre o homem-espécie. Enquanto que o deixar morrer trata-se de algo que vai além do assassinato direto, mas do fato de expor a morte, de multiplicar para alguns o risco de morte ou a morte política, expulsão, rejeição (FOUCAULT, 2000). Sendo assim, há o controle sobre a vida humana tanto quando se pretende direcionar, ou de certa forma homogeneizar padrões de conduta numa população, como quando se escolhe aqueles que não serão investidos no que é preciso para gerar qualidade de vida, seja ela política, biológica ou social. Para ilustrar tal modo de funcionamento, cito um fragmento do meu diário de campo.

Conforme o determinado pelos organizadores dos grupos de estagiários, estávamos preenchendo os questionários que visavam obter um panorama socioeconômicoambiental de áreas de apropriação inadequada, as conhecidas “áreas de invasão”. Fomos comunicados que aqueles dados seriam importantes para projetos futuros voltados para aquele território. Precisávamos passar por todas as casas indicadas pelos organizadores porque havia um cadastro da família que seria usado pela secretaria de assistência social nos casos em que houvesse necessidade de desapropriação das residências. Além de passar por todas as casas apontadas, precisávamos ser objetivos nos inquéritos porque a área era grande, cada estagiário realizava a pesquisa em uma casa, não podíamos ficar sozinhos ou voltar numa dada rua; a área era tida como de risco e juntos teríamos que seguir o caminho de forma contínua e sempre em frente. Mesmo com toda recomendação para proteção e eficácia na produtividade, comumente eu ficava para trás. Era muito difícil perguntar sobre a vida daquelas pessoas sem ao menos permitir, de forma concisa, que justifiquem a sua resposta ou tracem algum tipo de desabafo. E foi num atrasos desses que eu e uma colega estagiária, quando à procura dos demais componentes da equipe, fomos

abordadas por um homem a cavalo que corria em nossa direção; desviamos do seu caminho nos esgueirando em muros e ouvimos seus gritos a reclamar: “ Saiam daqui! Vocês não são bem vindos!” Corremos assustadas ao encontro dos organizadores da equipe e eles nos informaram que provavelmente aquele homem era o líder do tráfico da região. Sentamos para relaxar no transporte e, após nos acalmarmos, fomos direcionadas para outro território.

Na primeira casa daquela nova localidade, as palavras daquele homem a cavalo passaram a fazer algum sentido. A senhora que estava a entrevistar me interpelou dizendo: “Minha filha, deixe eu te fazer uma pergunta. Vocês chegam aqui pra anotar nesse papel, disse que era um estudo pra melhorar a situação da região, mas essa melhora é pra quando mesmo? Não me leve a mal, mas desde daquele mês passado que vocês vieram aqui e colocaram aqueles números na porta da gente que o povo ficou nervoso. Tá todo mundo com medo de perder as casas e ninguém diz nada sobre o que vai acontecer. Se era pra deixar a gente ‘preocupado’ era melhor deixar do jeito que tava, somos pobres, mas não merecemos tormento”. Sem saber o que responder, fui acometida pela sensação de pactuar com a invasão de um contexto, ao invés de apoiar a comunidade” (fragmento do diário de campo).

Naquele momento havia a orientação de que o questionário favoreceria o acesso a um direito daqueles presentes na comunidade e que supostamente esse seria o melhor para eles. O incômodo da população me fez duvidar da benéfice de tal investida e do que era prioritário alcançar. Parecíamos mais invasores do que intercessores de direitos. O que será que foi produzido durante esse mapeamento?

Para além disso me questiono sobre o alcance das intervenções que visam a concretização da proteção social, a produção de autonomia e o acesso aos direitos. Como atingir tais objetivos em meio aos interesses e aos mecanismos de controle de Estado que confluem para outra direção?

A partir dessa perspectiva, pode-se falar da existência de um governo das famílias no âmbito do CRAS, como também um governo da interioridade.

Na busca pelo fortalecimento de vínculo há trechos que sugerem que os técnicos estimulem nos sujeitos o acúmulo de aquisições e potencialidades. Observa-se a produção de conhecimento voltado para a noção de sujeito dotado de “um mundo interno”, com representações e identidades que confluem em um sujeito privado. Para Bernardes (2006), existem práticas de governos que forjam o privado e se justificam

como uma forma de proteção do conjunto da população. O sujeito privado localiza-se num espaço interior não específico do ser vivo, mas de uma condição humana e, a partir dele, intensifica-se a privatividade do indivíduo, que aqui pode se estender à família, por meio de práticas e procedimentos que o tornam responsável pelos males que lhe acometem, como também o mantém “responsabilizável” para futuras intervenções.

A partir da produção de conhecimentos acerca de um indivíduo interiorizado, podem-se conceber práticas norteadas pela premissa de que existem mentes calculáveis e indivíduos administráveis. Os especialistas se apropriariam assim das formas-empresa para intervir de modo a constituir indivíduos autônomos com selfs livres e empreendedores, bem como para administrar os maus funcionamentos e a melhoria da qualidade de vida (ROSE, 2008).

A estruturação das relações interpessoais sob a ordem do consumo constitui-se num diagnóstico preciso do tempo em que vivemos, pois se baseia num modelo de organização social através do qual se espera que o ser humano seja extremamente eficaz no desempenho de suas tarefas, destacando-se, dessa forma, dos demais membros do seu grupo social (NOBRE, 2008).

Entre os preceitos da ordem de consumo tem-se a valorização da propriedade. Cabe ao Estado assegurar a propriedade da população contra possíveis ataques externos. Propriedade esta que não se restringe à propriedade privada dos meios de produção e à infra-estrutura produtiva, mas à propriedade enquanto valor moral, imaterial e familiar: “meus filhos, minha esposa, meu diploma, *minha casa, minha vida*” (AUGUSTO, 2012 p.92). Soma-se a isso, a lógica social de empresa que nos convida a pensar que, no âmbito familiar, se produzam modos de ser-família que contribuam para a concepção de indivíduos-empresa-de-si tão caros na perspectiva governamental (RODRIGUES; GUARESCHI; CRUZ, 2013).

Extendendo essa noção para o que se pretende com a prática de fortalecer vínculos, nos damos conta do risco de responsabilizar a família, a comunidade ou indivíduo pelo “insucesso” das suas relações, bem como o de pretender torná-los “adequados” por meio de sociabilidades que favoreçam o ajustamento moral da população. O fortalecimento de vínculos pode ser confundido com a regulação da vida de acordo com alguns preceitos morais, associação essa historicamente visualizada nas práticas filantrópicas e dos serviços públicos.

Os mecanismos ligados ao consumo também influenciam no desenrolar das políticas públicas, já que com o avanço do ideário neoliberal no séc. XX, conforme

Behring e Boschetti (2011), a política social foi capturada por uma lógica de adaptação ao novo contexto, a saber: Privatização, Focalização/seletividade e Descentralização. Algo que resultou em uma lógica de fragmentação e de meritocracia, acompanhada de conhecimento restrito acerca da realidade social (STEIN, 2010).

[...] o princípio da universalidade, de conotação eminentemente pública, cidadã e igualitária/equânime, vem perdendo terreno para um discurso focalista neoliberal, de extração pós-moderna, para o qual o ser humano é construído culturalmente e, assim, despossuído de vínculos universais e de convergências éticas, políticas e cívicas (PEREIRA; STEIN, 2010).

Além do mais, a sociedade civil passou a ser vista como espaço não político e oposto ao estado, algo que se agravou com as sucessivas privatizações. Na esfera pública houve uma crescente garantia, do ponto de vista econômico, de interesses privados; em contrapartida, os interesses privados passaram a se tornar uma preocupação pública. Em meio a essa mudança, se por um lado observaram-se forças políticas se transformarem em disputas por recursos que seguem princípios mercantis, por outro, instaurou-se a cultura do “espetáculo”, a qual transforma encontros em eventos, torna a vida privada em mercadoria de consumo (ALMEIDA, 2011).

A lógica familiarista da atualidade, a qual pressupõe relações fraternas, com forte estímulo à associação entre semelhantes, acaba por excluir a alteridade, a diferenciação. Os homens se retiram para a vida privada, havendo o esvaziamento da vida pública e o consequente esmorecimento da política (ARENT, 2008).

Capítulo 4: A inventividade da prática de fortalecer vínculos

É entre o previsto e o praticável que surgem ramificações para formas inventivas de atuação dos técnicos. É entre os paradoxos, interferências e controvérsias que se dá a prática de fortalecer vínculos.

(...) é um trabalho que requer uma inventividade muito grande em termos de ações mínimas, tipo vamos acompanhar ou não essa pessoa para fazer a carteira de identidade? Parece simples isso, parece idiota, mas não é porque tem famílias que acompanhar seria muito eficaz e tem famílias que acompanhar despotencializa várias outras coisas porque depende do desdobramento disso depois. A gente acha que vai fortalecer, mas quando a gente para de acompanhar a pessoa paralisa porque entende que não pode mais fazer sem, como também às vezes uma ação mais próxima dispara um desenvolvimento maior, então não é tudo tão objetivo assim e a gente vai dizer simplesmente que acompanhamos ou não acompanhamos (Débora).

Embora tenha uma tentativa de homogeneização das práticas nas cartilhas, a singularidade dos sujeitos revela a multiplicidade de nuances na atuação dos técnicos. É preciso sempre estar atento aos riscos em torno das ações e ter o hábito de avaliar o que se quer conseguir e o que está sendo produzido com as intervenções realizadas. Não é uma atuação dada, ela é desenvolvida conforme as múltiplas demandas em jogo numa política pública, algo que nem sempre é fácil de mediar. Na própria equipe há desacordos sobre os caminhos a serem trilhados com as famílias. As reuniões de equipe são oportunidades de visualizar possibilidades de atuação e é um momento estratégico para se atualizar os princípios norteadores das práticas adotados pela política de assistência, tais como a noção de emancipação familiar e de prevenção social.

É no âmbito da inventividade também que podemos considerar a criação de práticas alternativas às intervenções padronizadoras de condutas e de valores, sem, no entanto, fugir da função que se assumiu institucionalmente.

Cada intervenção carrega um arsenal de valores e concepções; não há neutralidade nas ações, e isso não deslegitima a atuação. Nesse sentido, o grande desafio da prática de fortalecer vínculos é produzir singularidades mesmo diante da vinculação a uma política, a um serviço ou a uma demanda estatal.

No CRAS, por meio da ação da equipe do PAIF ou do SCFV, existem embates entre as forças do Estado que exercem controle sobre a vida e as forças que destoam a esse lógica.

Neste capítulo seguem algumas reflexões sobre o desafio da inventividade na prática de fortalecimento de vínculos. Foram sinalizados traços do conjunto de forças enfrentado no cotidiano da prática de fortalecer vínculos, que trazem consigo aspectos que vão desde o esmorecimento político a potência transformadora.

4.1 Topa tudo pelo vínculo?

Eram reservadas as sextas-feiras para a reunião de equipe, nesse momento eram desenvolvidos os planejamentos das ações do CRAS, passados os informes sobre o serviço, articulados fatos de ordem burocrática e administrativa e discutidos os casos que eram tidos como mais complexos tanto em termos de encaminhamentos, procedimentos e acesso à rede pública, quanto em termos afetivos.

Durante a semana, havia momentos em que saíamos de um atendimento ou de uma visita domiciliar em busca de alguém da equipe para compartilhar percepções, afetos e percursos a respeito dos usuários, algo que nem sempre era possível, pois a equipe se desmembrava para executar as atividades do CRAS. Acabávamos tendo que nos segurar e aguardar momento oportuno.

Mas nesse dia foi diferente, precisávamos tomar uma decisão quanto àquela família e a coordenadora não poderia estar presente. Um clima de “conspiração” se instaurou, interromperam-se as atividades e sentaram-se todas para ouvir.

Havia uma família que tivera sua casa destruída por uma enchente e precisava do benefício auxílio moradia em caráter de urgência. Era uma mãe com quatro filhos crianças, cujo companheiro tinha falecido recentemente. Ela era da cidade, não tinha emprego, nem familiares com que pudesse contar. A equipe deu entrada no benefício, mas o auxílio não foi concedido; foi sugerido contactar familiares para acolher a família, mas a mãe se negou a voltar para a cidade natal por ter rompido as relações com os familiares. Só havia uma possibilidade exposta, a sogra oferecera abrigo para ela e dois de seus filhos, os que eram netos dela, os demais não eram bem vindos, pois eram filhos de outros relacionamentos anteriores.

O que fazer? A equipe fica em silêncio para assimilar o caso, olham umas para as outras e já sabiam o que fazer: Ministério Público! A ideia era processar o estado para ser concedido o direito à moradia. Essa opção havia sido mencionada para a família, mas a mãe mostrou-se insegura e pouco articulada para efetivar essa ação. Logo, o que restava era: a equipe como integrante do estado e se valendo do recurso dele, deveria acompanhar a família para dar entrada em uma ação que geraria uma obrigação da Secretaria de Assistência de conceder um benefício que havia sido negado anteriormente. Sabíamos que era um direito e que se deve lutar por ele, mas a gestão nem sempre via com bons olhos as decisões do Ministério Público, quiçá a equipe que ativou tal serviço (fragmento do diário de campo).

Tal passagem ilustra o conjunto de forças que a equipe precisa ponderar para no fim obter o fortalecimento de vínculo de uma família. A definição de quais mecanismos utilizar pode se tornar um momento de tensão, limitando as ações. Embora se saiba que é preponderante o acesso a direitos, a eminência de conflitos com a gestão local e uma possível retaliação mostra-se como entraves para algumas práticas. Na incumbência de evitar conflitos há quem tenha que ponderar fazer ou não fazer os interesses da gestão. Enquanto isso a família vai perdendo em prioridade. De acordo com Sobral (2011), o espaço ocupado pelos técnicos nas políticas públicas da assistência social é marcado historicamente por um legado assistencialista com interesses demagógicos e eleitoreiros. Em virtude disso, a *práxis* precisa se distanciar da noção de favor e se comprometer com a noção de direitos e com as demandas da sociedade, o que muitas vezes gera conflitos entre os responsáveis pela gestão e os profissionais.

Esses interesses estão fortemente presentes no CRAS, o que direciona o modo de conceber e o funcionamento dessa política pública. Sendo assim, nem sempre as práticas de cunho socioeducativo são bem vistas por parte de alguns gestores, já que não atendem as expectativas eleitoreiras e assistencialistas. Como podemos perceber na fala de Bianca: “*A gestão não compreende ações socioeducativas na comunidade como um trabalho de verdade. Parece pra eles que tudo não passa de enrolação, que inventamos essas coisas pra não trabalhar*”.

Esse crivo gera a eleição de algumas práticas desenvolvidas no CRAS como prioritárias e mais efetivas em relação a outras, as quais frequentemente se distanciam da perspectiva da prevenção social e da busca por autonomia entre os usuários. Como citado a seguir:

(...) na verdade não percebo dos gestores uma grande implicação com o acesso aos direitos e ao fortalecimento de vínculos. Eles parecem querer que os benefícios e as ações atingissem o maior número de pessoas. Deseja-se que as pessoas se sintam contempladas pelo serviço nem que seja em dose pequena, não se pretende resolver os problemas, não se quer grandes transformações. Às vezes sinto que a expectativa de atendimento para alguns gestores é a de que as pessoas se sintam beneficiadas de alguma forma. Se preciso, abririam a bolsa da cesta básica e entregariam cada item a uma família diferente, não deixariam de passar fome, mas também não reclamaria muito do acesso ao benefício. Tem horas que a prioridade para eles parece ser continuar trabalhando, sem grandes questionamentos e confusões.

E quando o passado assistencialista, coronelista, clientelista não faz parte do passado? Quando nossas práticas não são compreendidas na sua proposta política, corremos o risco de sofrer retaliação. Tornamo-nos escravos do que consideramos certo, e as coisas se voltam contra nós. Não importa o que diz a política e as orientações técnicas a respeito da função do CRAS, as recomendações recebem sentidos multifacetados e são tomados de acordo com a conveniência e concepção política de quem as lê. Por mais que as orientações pareçam claras e simples, nem sempre a intenção política é captada do mesmo jeito. Fortalecer vínculos, muitas vezes, mostra-se ser interpretado como uma espécie de normatização ou adaptação dos vínculos. Pressupõe-se o que é melhor para todos, o que é natural do ser humano e essencializam-se as necessidades e demandas dos sujeitos (fragmento do diário).

Nas cartilhas há a recomendação de que os atendimentos devem romper com a tradição da política de assistência social que como matriz da “polícia das famílias” realizava práticas tutelares e de benemerência para acompanhar os familiares. Além do mais, afirma que o trabalho com as famílias não se restringe a ações emergenciais e não deve se apropriar de uma educação controladora e enquadradora, já que adicionada à oferta de benefícios desarticulados da rede e da política socioassistencial, produz a falsa imagem de que a vulnerabilidade social trata-se apenas de não ter uma renda e de não poder consumir (BRASIL, 2013).

Acredita-se que, ao invés disso, devem ser adotadas ações preventivas e antecipatórias das vulnerabilidades sociais e que estas, apesar das modulações do

conceito devido ao seu caráter relacional com o quadro teórico de referência, são consideradas na política de assistência como fenômeno complexo e multifacetado.

Apesar dessa orientação observa-se que existe um estímulo ao policiamento das famílias. Prestigia-se o enquadramento meticuloso das famílias em perfis e critérios de vulnerabilidade a partir dos quais se determina quem “merece” ou não o acesso aos benefícios. Prioriza-se também a confecção de relatórios com o máximo de detalhes dos contextos familiares.

4.2 A imprevisibilidade das intervenções: Quando o fortalecimento sai pela culatra

Certa vez, como estagiária, fui fazer uma visita domiciliar com a minha supervisora a respeito de uma criança que fora morar com a tia paterna. O genitor havia sido preso e a genitora ninguém sabia onde estava. O objetivo da visita era dar suporte à criança para consolidar os laços com a família da tia e se atualizar sobre a situação dos pais da criança.

Ao chegarmos, fomos recebidas pela criança em questão, que apesar de envergonhada chamou a tia e nos convidou para entrar. Só havia ela de criança em casa porque os primos estavam na escola e a transferência escolar desta ainda estava se consolidando. Sentamos as quatro nas cadeiras da sala, nos apresentamos e foi dito o objetivo da visita. A tia afirmou que a criança estava bem, mas que ela ultimamente a estava desobedecendo na hora de tomar banho. Nas palavras da tia: “Eu já disse pra ela que é pra me obedecer. Eu não queria ela aqui não, já tenho muitos filhos e uma boca a mais não é fácil. Aceitei porque não ia deixar ela jogada no mundo porque ninguém quer saber dela. Os pais abriram no mundo e deixaram ela aí. Também com uma mãe daquela, que não presta pra nada, ia dar nisso”

Aflitas com as falas de reprovação da tia perante a criança, tentamos mediar, mostrar outros caminhos, mas quanto mais tentávamos intervir, mais palavras duras eram ditas para a menina. Resolvemos concluir a visita e encontrar uma segunda oportunidade para atuar naquela situação. Saímos chocadas, fomos para fortalecer, todavia oportunizamos mais um episódio de violência (fragmento do diário de campo).

Embora a equipe lide cotidianamente com situações de violência, o que propicia uma maior clareza dos encaminhamentos para a rede socioassistencial, a sensação de

que houve uma reativização dos sujeitos pode ser recorrente. No caso acima, as palavras duras tinham regularidade, mas não são poucas as situações em que, sob a encomenda de auxiliar os sujeitos e fortalecer os seus vínculos, acabamos por invadir o universo dos sujeitos produzindo violência.

Às vezes assumimos o risco de levar os usuários a expor e reviver situações conflitantes nas suas vidas sem que isso repercuta em algo proveitoso para ele. É preciso sondar o interesse do usuário de ter seus vínculos fortalecidos. Não faz sentido vasculhar um contexto familiar ou comunitário sem que fique claro qual é o propósito desse mapeamento.

São em momentos como esse que questionamos o que é gerado a partir das nossas intervenções. Durante um atendimento, acionamos o automático e aparentemente bem intencionados acabamos por colaborar com o circuito de violência e exclusão vivido pela família. É preciso estar vigilante e não perder de vista as forças opressoras em volga nas intervenções.

4.3 Para fortalecer vínculos é preciso sentir

Como fortalecer vínculos se na nossa própria formação não falamos sobre sentimento? Não me lembro de ter lido sobre o amor na universidade! Tem-se muito de teoria, sobre o que desenvolve o cognitivo e o intelectual, mas não se fala de amor. Viemos de um lugar em que é proibido falar de sentimento, de afeto, para onde seguir? (...) acho que para fortalecer vínculos, para produzir condições transformadoras, é preciso atingir sentidos, medos, ideias; é preciso dar suporte à mudança e entender melhor a singularidade do sujeito sem, no entanto, transformar isso num atendimento clínico. Não consigo pensar em mudanças sem que se atinja o coração – pra mudar tem que sentir (Débora).

Nem sempre o modo como é conduzido o PAIF favorece intervenções mais aprofundadas no âmbito afetivo da família ou da comunidade. Existe um imaginário na população de que a equipe serve para dar orientações e dar entrada a benefícios; em ambas as situações há procedimentos que seguem um padrão e norteiam o modo como é conduzido as conversas durante o atendimento. Acaba que muitos atendimentos ficam mais focados nas demandas trazidas pelas famílias, sem muito aprofundamento. Até

porque a formação nas universidades se baseiam muito na problematização dos temas sociais, não na condução dos sentidos e afetos envolvidos nessas questões. Geralmente são nos acompanhamentos familiares que surgem mais oportunidades para se trabalhar o fortalecimento de vínculos.

Os grupos de acompanhamento familiar geralmente são inter-familiares, havendo um ou dois componentes de cada família. Nesses espaços, há um investimento maior na informação sobre os direitos e acesso as políticas públicas, e quando envolve um tema relativo ao relacionamento humano, há a tendência a priorizar a dimensão cognitiva, dando orientações e conceitos a respeito do tema. O uso de metodologias ativas, tais como dinâmicas de grupos, surgem, às vezes, como aposta para dirigir ações mais voltadas para a dimensão afetiva.

Quando as intervenções se voltam para o fortalecimento de vínculo no núcleo familiar com a presença de muitos integrantes das famílias, os encontros tendem a acontecer em menor número e de forma mais espaçada, nem todos aderem à proposta. Como observado abaixo:

Uma mediação de conflitos foi realizada pela equipe do CRAS, foi um caso em que havia a negligência de cuidados em relação a uma idosa. Eram cinco filhos, duas mulheres e quatro homens que viviam em conflito e por não conseguirem resolver isso, acabavam sendo negligentes nos cuidados da mãe. Todos eram adultos e viviam nas suas casas. A equipe do CRAS atuou nessa mediação e um dos resultados dessa intervenção foi um cronograma acordado entre os filhos perante a promotora. Ficaram acordados os horários e as tarefas de cada um sem que ninguém ficasse sobrecarregado. Pronto! Eles se dividiram entre banho, remédio, companhia, levar para passear, dormidas. Tudo aparentemente bem projetado de modo a não ter mais negligência nem conflitos. Tempo depois, a equipe percebeu que algo ruiu, não se conseguiram realizar as atividades conforme o planejado e recomeçaram os conflitos entre os irmãos. Ao se aproximar para entender o que não funcionou naquela organização tão bem planejada e delimitada, foi constatada a seguinte situação: havia um irmão que ficou responsável por levar a mãe ao médico em um dado horário e, para que isso fosse possível, era necessário que outra irmã organizasse a documentação e tratasse da higiene da mãe. No horário marcado, quem foi designado para conduzir a mãe ao médico aparecia na casa da irmã para receber a mãe, mas quando chegava, encontrava-a desorganizada. O irmão remarcava a consulta e se indispunha com a

irmã que não fez sua parte e posteriormente entraram em conflito sobre qual o momento mais oportuno para uma nova tentativa de atendimento. Além disso, houve dois irmãos que não se falavam e que, para não serem obrigados a se encontrarem, valiam-se de uma irmã para intermediar o reversamento de tarefas, sem o encontro entre aqueles que não se falavam. O irmão ligava para irmã para dizer que tal hora vai passar pra pegar a mãe para passear e solicita deixá-la pronta em tal horário. Essa irmã ligava para o terceiro irmão para combinar a situação. No horário e local marcado lá estava o irmão em seu carro para levar sua mãe, mas a mãe não estava lá. Como ele não se permitia correr o risco de encontrar com o irmão que não falava, voltou para casa. Enfim, tudo isso pra dizer que fortalecer vínculos não se trata de um procedimento, mas de afetos, significações, disposições. É preciso sentir! (fragmento de diário de campo).

Nem sempre a forma como é organizada as intervenções favorecem o lidar com as dimensões afetivas. Às vezes as intervenções acabam por ser mais pragmáticas e procedimentais, não havendo oportunidade de identificar possibilidades de atuação com os sujeitos. Às vezes não paramos para considerar que é difícil querer participar de um grupo de acompanhamento familiar ou de Serviço de Convivência quando não se tem o vínculo com a pessoa que o oferece

As coordenadas da condução do fortalecimento de vínculo são sinalizadas pela família. Cada uma carrega sua singularidade no processo de vinculação e na apresentação das demandas que nortearão a intervenção. O contexto e o cotidiano do CRAS nem sempre favorece, mas é preciso ter sensibilidade e tempo para entender o modo de organização e as potências de uma família, e assim propor ações com resultados mais satisfatórios.

4.4 A tentação de tornar a prática de fortalecer de vínculos um mero “bater ponto”

O recebimento e a confecção de ofícios e relatórios ocupam grande espaço na rotina dos técnicos do CRAS. Há um constante fluxo de encaminhamentos de usuários para os CRAS provenientes dos diversos equipamentos da rede socioassistencial. Na maioria das vezes, para cada ofício e/ou relatório que chega, tem-se uma nova família a ser acolhida, e para efetuar ou após as devidas ações, tem-se a confecção de novos

ofícios. Seja para responder, encaminhar ou solicitar, os ofícios e/ou relatórios são fortes instrumentos de comunicação entre os equipamentos. Mas não só isso, eles usualmente são usados como termômetro do andamento dos fluxos devido a sua capacidade de serem armazenados em pilhas e serem visualmente favoráveis de se acompanhar.

Em torno desses documentos surgem alguns desafios que precisam ser tematizados. Por exemplo, há órgãos, como o Tribunal de Justiça ou Ministério Público, que os envia solicitando resposta dos atendimentos em um prazo determinado em ofício, negligenciando as demais demandas do CRAS. Isso acaba por eleger os usuários provenientes desses locais como sendo prioritários, visto que geralmente são prazos pequenos. Quando não isso, há serviços que utilizam esses documentos para solicitar atendimentos que não são demandas do CRAS, nesse sentido, eles servem também como diagnóstico da compreensão da função do CRAS por outros equipamentos.

Esses são alguns exemplos do que é preciso enfrentar no cotidiano do CRAS no que se refere ao lidar com ofícios e relatórios, mas acredita-se que há uma dimensão desse tema que interfere na efetividade da prática de fortalecer vínculos que cito no fragmento do meu diário de campo:

Formas alternativas de atuação aparecem depois de muitas conformidades e engessamentos. Aprendemos a nos distrair com a rotina de trabalho e nos tornamos prisioneiros consentidos da burocracia e do botar pra frente os papéis. O fato é que passamos a gostar deles e eles deixam de se tratar de casos de vida. O papel faz ter metas e fugir da inquietação dos fluxos. Olhamos uma pilha de papel e nos sentimos motivados quando eles somem. Somos tentados a torcer que o encaminhamento de uma família não demore para que se tenha menos um papel sobre a mesa. Reclamamos da rotina pesada, da quantidade de famílias, mas também nos conformamos a diminuir os papéis e nos tornamos meros secretários do estado. Precisamos ficar vigilantes!
(fragmento do diário de campo)

Essa passagem me fez lembrar um evento sobre o combate à violência sexual infantil organizado pelo Ministério Público. Havia tido uma palestra que sinalizou a importância do acompanhamento psicológico de vítimas de violência sexual. Diante dessa temática, no momento de debate sobre os temas abordados na mesa, alguns técnicos apontaram a dificuldade de acessar os serviços de psicologia para esse fim,

uma vez que havia poucos psicólogos clínicos na rede pública de Aracaju. Uma promotora que compunha a mesa afirmou que não sentia dificuldade de realizar os encaminhamentos, dada a existência de psicólogos no CREAS. Algumas técnicas inconformadas com a afirmação da promotora começaram a falar sobre o quanto não resolve encaminhar as vítimas apenas para o CREAS. Sem que pudessem explicar a diferença do acompanhamento psicossocial realizado no CREAS do acompanhamento psicoterapêutico ofertado pelas unidades de saúde, a promotora as interrompeu e disse: “se eu encaminhar para o CREAS, quero que as pessoas sejam acompanhadas, é o CREAS o local designado para encaminhar, e eu sei que lá tem psicólogo”. Essa situação pode retratar uma ignorância quanto à atribuição do psicólogo nas duas funções ou uma falta de interesse de lidar com o processo de contratação de novos funcionários, mas a sensação que ficou era de que ela não estava falando muito da proteção social das vítimas e sim de um movimento em que se encaminha, passa-se pra frente o caso, acaba-se o processo e diminui-se a tarefa do dia.

Não só os papéis fazem parte da burocracia, a qual pode ser perigosa para a efetividade da atuação, há também o engessamento dos protocolos.

(...) quer ver o bicho pegar?! é quando vem um usuário pobre com distúrbio mental. Se pudesse traçar uma linha divisória no usuário muitos passariam, desse lado fica o CRAS, desse outro, o pessoal da saúde mental. (...) são muito fragmentadas as ações, não se vê o ser humano na sua integralidade, embora eu tenha ouvido de muitos a existência de uma vida singular, multifacetada, traçado por um contexto sócio-histórico. Em termos práticos se esquece de tudo isso e começa a fragmentar. Um ser humano em pedaços e linhas divisórias (Débora).

Não se percebe, mas as discontinuidades das redes intersetoriais e os protocolos desordenados podem gerar negligência, ou até mesmo violência. Quantas vezes presenciamos usuários indo e voltando de uma instituição pública para outra em busca de um direito só porque não teve acesso a um atendimento que os tratem de forma integral e os forneçam informações mais claras e acessíveis? Quantos atendimentos ficam limitados pela falta de diálogo com outras políticas públicas? Quantas reincidências poderiam ser poupadas se as famílias fossem atendidas buscando também o estímulo as potencialidades e ultrapassando os focos restritos aos problemas apresentados? Segue fragmento do meu diário:

Habituamo-nos aos protocolos, eles auxiliam as nossas práticas, mas também carregam consigo o risco de engessamento e da rotulação. O pior é que os protocolos nem sempre dão conta da multiplicidade de vidas que nos aparecem cotidianamente. Em nome dos protocolos fragmentam-se os corpos, as ações, as atribuições e a efetividade das práticas. Delimita-se a atuação e faz-se uma lista de procedimentos possíveis dentro do CRAS. E quando o procedimento não dá conta do caso, tenta-se empurrar, afinal acredita-se que uma resposta precisa ser dada (Fragmento do diário de campo).

4.5 Um sono no sistema: fortalecer, mesmo diante do enfraquecimento da rede pública

Por meio da articulação das redes intersetoriais se cria e mantém conexões entre diferentes organizações e serviços de modo a coordenar os interesses distintos e fortalecer o que se tem de comum. Ela propicia o diálogo da política pública de assistência social com as demais políticas e setores e o acesso das famílias aos serviços setoriais. Para isso, faz-se necessário compreender o funcionamento, as dinâmicas e os papéis desempenhados por cada componente da rede. Tal estratégia visa superar a fragmentação dos conhecimentos e da atuação nas políticas públicas produzindo efeitos mais significativos na população e auxiliando na lida de problemas sociais complexos (BRASIL, 2009).

Tem-se também a articulação da rede socioassistencial, a qual permite a efetivação de contatos, alianças, fluxos de informações e encaminhamentos entre o CRAS e as demais unidades de proteção social básica do território, de modo a coordenar o acolhimento, inserção, o encaminhamento e acompanhamento dos usuários no SUAS (BRASIL, 2009).

Ambas as redes falam da necessidade de estreitar os laços entre políticas e setores para dar suporte ao que é proposto por cada uma. É preciso que os setores dialoguem entre si, se conheçam e construam modos de trabalhar conjuntamente. Porém, quando é prevista essa forma de organização e governo das políticas públicas e há a ineficiência ou falha de algum dos setores que compõem a rede, os demais irão sofrer as consequências, tais como as presentes nas narrativas a seguir:

A sensação que eu tenho é a de me se sentir assim,ilhada, porque não existe nas nossas agendas uma programação de reuniões, de encontros, não tem como ter vínculo sem ter encontro, sem ter tempo disponibilizado para essa postura, sem se pensar junto alguma ação, até convites pra participar de ações de outros equipamentos a gente não tem recebido muito. O ministério público é que tem feito, como a palestra dessa semana sobre violência doméstica, mas assim, sempre as ações ilhadas. A gente tem entrado num momento de apatia, de anestesia, não é nem de apatia porque eu estaria omitindo, estaria pecando em relação ao que a gente sente porque não é uma apatia, mas uma anestesia. É como se não fizesse sentido nem programar, nem planejar porque desde quando entrei a assistente social já tem tudo planejado de coletivo e tudo mais, e nem planejar a gente tem planejado. (...) Fica aquela coisa, sabe? É como se a gente tivesse enxergando sempre tudo acinzentado, uma névoa na frente sabe? Então rede, rede, não vejo! Até os encontros com o conselho tutelar, até o diálogo, porque o que eu penso é que a gente fala rede como se fosse dado e pressuposto, pra mim rede precisa ter movimento, precisa se tecer, precisa tá ali construindo, precisa ter comunicação entre os órgãos” (Débora).

Parece que estamos vivendo um sono no sistema, as coisas acontecem de forma devagar, parece que está parando. Não se consegue fazer quase nada (...) é uma rede desarticulada porque é como se os equipamentos da assistência trabalhassem de forma independente, isso vai também do reflexo de gestão, então assim, os CREAS não trabalham numa parceria direta com os CRAS, que não trabalham com uma parceria direta com os abrigos, que não trabalham numa parceria direta com o conselho tutelar, com as ONGs da área. São muito desassociadas, é uma rede meio furada. (...) o que eu vivo hoje é uma coisa muito difícil, existem sempre as recomendações, existe aquilo que tá escrito nos manuais do ministério de desenvolvimento social, mas como a gente tá num momento não muito articulado, acaba que ficam as letras mortas, o sangue do livro tá perdido ali, porque aquilo ali é uma teoria que precisa ser colocada em prática e quem vai colocar em prática são os seres humanos que trabalham (Ana).

Ambas narrativas destacam a desarticulação da rede socioassistencial e a ausência de diálogo e parceria entre os órgãos públicos. Essa situação dificulta o planejamento das ações em conjunto e acarreta em limitações nos atendimentos do CRAS.

Esse amortecimento da rede pode ser um reflexo do movimento histórico das políticas públicas de normatizar os sujeitos, mas do que inclui-los efetivamente. A desarticulação favorece a pontualidade das intervenções e a sua conseqüente ineficácia.

O sono do sistema atinge suas engrenagens repercutindo em aspectos que à primeira vista pode não se dar conta, o que afeta na qualidade dos serviços e no modo como os técnicos lidam no seu cotidiano. Não tem como vivenciar desse sono sem que ele não te afete.

Lembro-me de uma profissional que pediu liberação de alguns dias para fazer mestrado. A coordenadora negou tal liberação e não viu possibilidade de acordo porque não queria abrir precedente para os demais funcionários. A funcionária teve que abrir mão do mestrado porque se tornou inviável faltar e cortar o ponto. O que ela ia comer? Até que ela tentou, mas não havia possibilidade de conciliação, na sua fala:

“as coisas são feitas para que a gente estagne, parece que tudo conspira para nos manter no mesmo lugar. Não tem uma progressão salarial digna, não vemos possibilidades de ascensão. Parece que tem uma coisa que puxa para que não se corra o risco de sair de onde se está. Por isso na primeira oportunidade de melhores condições de emprego ninguém pensa duas vezes para aproveitar, isso quando consegue, porque é raro, todos falam de um cansaço, de uma indisposição até para investir em outro emprego. Não se consegue melhorar e ficar, não se consegue melhorar para sair” (Clarice).

Se esse modo de funcionar afeta, na sua variedade de formas, os profissionais que fazem parte da política pública, parece-me convidativo pensar em que medida essa falha no sistema afeta os usuários. Penso que essa falha atualiza a condição de desigualdade e exclusão social das famílias classificadas como de vulnerabilidade social e elege aqueles que serão deixados de fora do sistema.

Observando melhor, o que seria uma rede que funciona? Se ao longo da rede tem-se um conjunto de forças que oprimem e marginalizam os sujeitos, se ela funciona,

essa condição se intensifica? Será que existe alguma brecha potencializadora nesse sono do sistema?

Considerações Finais

Comumente somos tentados a conceber grandes articulações e porquês para serem capturados por rótulos. Rótulos e discursos prontos que de tão detalhados levam a estagnação. Quantas vezes ouvimos que a política pública não funciona? Que a desigualdade social é estrutural para o sistema capitalista e não há nada a ser feito? Que a mentalidade dos serviços produzem sujeitos despolitizados e não se tem espaço para fazer diferente? Quando se trata de temas sociais, são variados os motivos para se justificar as dificuldades e limitações dos sujeitos frente ao sistema, só não sei até que ponto essas elucidações tratam de desesperança, pessimismo ou desresponsabilização na busca de movimentos libertadores e destoantes da ordem vigente. Não que essa seja uma tarefa fácil e óbvia, por vezes me pego sendo porta voz dos rótulos e na maioria das vezes me conformo com tal posição, mas acredito que usamos os rótulos porque eles às vezes se confundem com os olhos do medo, medo da retaliação, de estar perdendo tempo, de estar numa luta solitária de frutos inférteis. Criam-se os rótulos, depois persegue-os; contempla-se a sua veracidade e poder, extasia-se em enumerá-los, condenam-se os culpados e perde-se de identificar movimentos alternativos para as forças de dominação que produzem impotências.

Essa busca por alternativas ao que está consolidado se configura como um grande desafio. Quando selecionei o recorte da prática de fortalecimento de vínculo no CRAS, em meio aos demais, suspeitei que seria um interessante caminho para reflexão acerca das forças que atuam nesse serviço.

A condução dessa prática vai se desenvolver de acordo com a relação que a equipe estabelece com os sujeitos. A singularidade de cada realidade confere um caráter inventivo às ações. As possibilidades de intervenção são inúmeras e faz-se necessário perceber as sutilezas.

O desafio não se restringe a isso, tem o fato de estar vinculado a uma política pública com preceitos e interesses às vezes divergentes aos das famílias e comunidades. Existem também as dimensões de condições de trabalho que muitas vezes são precárias e afetam diretamente no desenrolar das ações.

Ser pesquisadora da prática de fortalecer vínculo e psicóloga com a função de realizá-la, foi um dos maiores desafios do meu percurso de pesquisa. Eram tantos

segmentos para serem concatenados na condução desta ação, que por vezes me sentia paralisada e incapaz de atuar.

O retorno ao CRAS que realizei o estágio também foi um momento de tensão. Durante meses minha vida tornou-se estar nos CRAS e ler assuntos referentes a eles. Respirava CRAS. Era inevitável traçar comparativos e apesar das semelhanças, haviam particularidades, vários dos meus diários de campo foram destinados para elencar essas diferenças.

Sinalizei nas cartilhas, enquanto representante de um saber formalizado, alguns pressupostos e concepções sobre essa prática e temas transversais a ela. Percebi que no cotidiano profissional existem dimensões que não são contempladas na cartilha, mesmo porque não era o objetivo e nem seria possível retratá-la em sua riqueza. Descrevi fragmentos do dia-a-dia das ações, demonstrei o conjunto de demandas e forças que configuram o serviço e testemunhei os conflitos que os técnicos podem enfrentar no desempenho da sua função.

Diante desse panorama, deparo-me com as questões éticas e políticas da prática de fortalecimento de vínculos. Precisa-se estar atento para o que se quer conseguir com isso e para quem isso servirá. À primeira vista a encomenda de fortalecer vínculos de famílias e comunidades parece ser algo importante no combate às vulnerabilidades e aos riscos sociais, resta saber se estão sendo ponderados os alcances e produções desse processo.

Fortalecer vínculos pode ser facilmente confundido com uma espécie de adaptação dos vínculos ou normatização da vida. Há o risco de essencializar os vínculos e naturalizar as necessidades dos usuários, elegendo o que as famílias e comunidades precisam para se viver bem, logo precisamos ficar alertas.

Historicamente o Estado valeu-se do controle das famílias como instrumento de disseminação de preceitos morais e interesses políticos. Além do mais, criou territórios de pobreza e condenou pessoas a viverem em condição de subalternidade e exclusão; as políticas públicas podem também colaborar com essa situação, seja não alcançando determinados grupos humanos, ou os despotencializando. Nem sempre é fácil perceber como as intervenções podem produzir malefícios aos sujeitos.

Tendo em vista o histórico da Assistência Social, podemos notar como a caridade e o assistencialismo estigmatizou as famílias pobres e direcionou-as a viver conforme os preceitos morais e médicos considerados adequados, de modo a classificar as famílias de acordo com as suas “virtudes” sociais. Existiam assim, as famílias “virtuosas” e

àquelas que oferecem risco a integridade social. Essa marca histórica pode ser percebida no CRAS atualmente e desde já se apresenta como um desafio a ser travado no nosso fazer profissional.

Embora o CRAS tenha o objetivo de prevenção social, há um estímulo a realização de práticas de caráter mais curativo. Para alguns prevenir é um espécie de mistério a ser desvendado.

No mais, a prática de fortalecer vínculos envolve o orquestrar um conjunto de interesses, princípios, concepções e singularidades por parte dos técnicos, descobrindo os limites dos usuários e os respeitando.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, N.L.T.;ALENCAR,M.M.T. **Serviço Social: trabalho e políticas públicas.** São Paulo. Saraiva, 2011, cap. 2. , p. 55 a 117.

ARENDT, H. **Homens em tempos sombrios.** São Paulo: Companhia das Letras, 2008

_____. **A condição humana.** tradução de Roberto Raposo. posfácio de Celso. Lafer. - 10.ed. A Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família.** 2 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

ASSISTÊNCIA SOCIAL, Secretaria Municipal de; BH, Prefeitura. **METODOLOGIAS. Metodologia do trabalho com famílias e comunidades nos núcleos de apoio a família-NAF-Centro de Referência da Assistência Social, CRAS.** BELO HORIZONTE, 2007

AUGUSTO, A. Penalizações a céu aberto, uma política planetária. **Ecopolítica**, 2012.

BARROS, L.P., KASTRUP, V. Cartografar é acompanhar processos. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (Orgs.). **Pistas do método da cartografia-pesquisa intervenção e produção de subjetividade.** Porto Alegre: Sulina, 2010.

BAUMAN, Z. **A Vida para o consumo: a transformação das pessoas em mercadoria.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

_____.**Comunidade: a busca por segurança no mundo atual.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BERNARDES, A.G. **Políticas da Existência no Campo da Saúde: O Público como dispositivo.** Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2006.

BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine Rossetti (orgs.) **Capitalismo em crise, política social e direitos.** São Paulo: Cortez, 2010

BOSE,E. Sugestões para um Jovem Pesquisador. In **O tempo vivo na memória: ensaios de psicologia.** São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BRASIL. Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011. Altera a Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. Brasília,DF, 2011.

_____. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. **Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)**. Brasília, DF, 1993.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Sistema Único de Assistência Social (SUAS)**. Norma Operacional Básica (NOB-SUAS). Brasília, DF: MDS/SNAS/SUAS, dez. 2012.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS)**. Brasília, DF: MDS, 2004.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Orientações Técnicas sobre o PAIF**. Vol.1. Brasília, DF: MDS, 2012 a.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Orientações Técnicas sobre o PAIF**. Vol.2. Brasília, DF: MDS, 2012b.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Orientações Técnicas Centro de Referência de Assistência Social- CRAS**. Brasília, DF: MDS, 2009.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Concepção de convivência e fortalecimento de vínculo** Brasília, DF: MDS, 2013.

BUJES, M. I. E. Descaminhos. In. COSTA, M. V. **Caminhos investigativos II**: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação. Vol.2. Rio de Janeiro: Lamparina editora, 2007, p, 13–34

CAIAFA, J. **Aventura das cidades**: ensaios e etnografias. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

CARLOTO, C.M.; MARIANO, S.A. **No meio do caminho entre o privado e o público**: um debate sobre o papel das mulheres na assistência social. Florianópolis: Revista Estudos Feministas, 2010.

CASTEL, R. **A gestão dos Riscos**: da antipsiquiatria à pós-psicanálise. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981.

_____. Da indigência à exclusão, a desfiliação: precariedade do trabalho e vulnerabilidade relacional. In. LANCETTI, A. (Org.). **Saúde e loucura 4**: grupos e coletivos. São Paulo: HUCITEC, 1994.

CASTIEL, L.D., DIAZ, C.A.D. **A Saúde Persecutória**: Os limites da responsabilidade. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2012.

CLASTRES, P. **A Sociedade Contra o Estado**: Pesquisas de Antropologia Política. Trad. Theo Santiago. Cosacnaify, 1975.

COIMBRA, C. M. B. **Operação Rio**: O mito das classes perigosas : um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança pública. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 2001.

COIMBRA, C.M.B., LEITÃO, M.B.S. Das essências às multiplicidades: especialismos psi e produções de subjetividades. In. **Clínica e Política 2**: subjetividade, direitos humanos e invenção de práticas clínicas. Janne Calhau Mourão (org.). Rio de Janeiro: Abaquer: Grupo Tortura Nunca Mais, 2009.

COIMBRA, C. M.B.; NASCIMENTO, MARIA LÍVIA. **Ser jovem, ser pobre é ser perigoso?** Rio de Janeiro, 2005

CORAZZA, S. M. Labirintos da pesquisa, diante dos ferrolhos. In. COSTA, M. V. **Caminhos investigativos II**: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação. Vol.2. Rio de Janeiro: Lamparina editora, 2007, p, 104–127.

COSTA, J.R. de M. Redesenhando uma pesquisa a partir de Estudos Culturais. In: Marisa Vorraber Costa e Maria Isabel Edelweins Bujes (org). **Caminhos Investigativos III**: riscos e possibilidades de pesquisar nas fronteiras. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

COSTA, M.V. Pesquisa-ação, pesquisa participativa e política cultural da identidade. In: Marisa Vorraber Costa (org). **Caminhos Investigativos II: Outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação**. Rio de Janeiro: Lamparina Editora, 2007.

DONZELOT, J. **A Polícia das Famílias**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

ESCOSSIA, L., TEDESCO, S. O coletivo de forças como plano da experiência cartográfica. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (Orgs.). **Pistas do método da cartografia-pesquisa intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

FERRERI, M.; NOBRE, M. T. A festa dos canos e a noite das facadas: a pesquisa etnográfica e o estatuto das falas dispersas no campo. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, p. 264-280, 2010.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I: A vontade de Saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2005.

_____. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. **Em Defesa da Sociedade**. São Paulo, 2000.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1989. 323 p.

GOMES, L. Amizade e experimentação política: solidariedade e resistência entre amigos nas classes populares. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 62, n.1, 2007.

ILDEFONSE, F. Sobre a etnografia. In: FERRERI, M. de A.; MENDONÇA, M.F. **Instituições e Cotidiano: Formas e Intensidades no Enfrentamento do Comum**. São Cristóvão: Editora UFS, 2013.

JELIN, E. Pan e Afectos: **La transformación de las Familias**. Buenos Aires : Fondo de Cultura Económica, 1998.

KASTRUP, V., BARROS, R.B. Movimentos-funções do dispositivo na prática da cartografia. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (Orgs.). **Pistas do método da cartografia-pesquisa intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2010.

KASTRUP, V. O Método da Cartografia e Quatro Níveis da Pesquisa- Intervenção. In: Lúcia Rabello de Castro e Vera Lopes Besset (Org). **Pesquisa Intervenção na Infância e Juventude**. Rio de Janeiro: Nau, 2008.

KNIJNIK, L. **Criação de arquivos**: testemunho e memória da experiência da tortura no brasil. Dissertação do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

LAPLANTINE, François. **Aprender Antropologia**. 5ª. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

MACHADO, L.A.D. Ética: exercícios de resistência em meio à indiferença. In **Ética, Cidadania e Participação**: Debates no Campo da Psicologia. 1ª ed. Vitória: EDUFES, 2001.

NEVES, V.F.A. Pesquisa-ação e etnografia: Caminhos Cruzados. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**. São João Del-Rei, 2006.

NOBRE, M.. **A teoria crítica**. 2º Ed., Riode Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008. 78p.

PACONÉ, C.A. Representações Sociais sobre Moradia para Técnicos Sociais e Beneficiários de Projetos Habitacionais de um bairro popular de Aracaju. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, 2004.

PARAÍSO, M. A. Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação e currículo: trajetórias, pressupostos, procedimentos e estratégias analíticas. In: PARAÍSO, M. A.; MEYER, D. E. (Orgs.). **Metodologias de pesquisa pós-críticas em educação**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2009, p. 23-45.

PASSOS, E., BARROS, R.B. Por uma política da narrativa. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (Orgs.). **Pistas do método da cartografia-pesquisa intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2010.

PASSOS, E., BARROS, R.B. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (Orgs.). **Pistas do método da cartografia-pesquisa intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2010.

PELBART, P.P. A Comunidade dos Sem Comunidade. In: **O trabalho da Multidão: Império e Resistências**. Org. Anelise Pacheco, Giuseppe Cocco, Paulo Vaz. Rio de Janeiro: Grypus, 2002

PELBART, P.P. **Vida capital**: ensaios de biopolítica. São Paulo: Iluminuras, 2003.

PEREIRA, P. A. **Política social**: temas & questões. São Paulo: Cortez, 2008.

RIZINNI, I; PILOTTI, F. (Org.) **A Arte de Governar Crianças**: A História das Políticas Sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 2011.

RODRIGUES, H.C.B.R. Psicologia Social como Especialidade: Paradoxos do Mundo Psi. **Psicologia & Sociedade**, 2005.

RODRIGUES, L.; GUARESCHI, N.M.F.; CRUZ, L.R. A centralidade do vínculo familiar e comunitário nas políticas públicas de assistência social. In: Lílian Rodrigues da Cruz, Luciana Rodrigues e Neuza M. F. Guareschi (org) **Interloquções entre a psicologia e a política nacional de assistência social**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2013.

ROSE, Nikolas. Psicologia como uma ciência social. **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 155-164, 2008.

SÁ, C.P. Psicologia Social da Memória: sobre Memórias históricas e Memórias geracionais. In: Jacó-Vilela, A.M., SATO, L. (org.) **Diálogos em Psicologia Social**. Porto Alegre: Editora Evangraf, 2007.

SARACENO, C. **Sociologia das Famílias**. Editora Estampa, 1997.

SATO, L.; SOUZA, M.P.R.S. Contribuindo para desvelar a complexidade do cotidiano através da pesquisa etnográfica em psicologia. São Paulo: **Psicologia USP**, 2001.

SCHERER-WARREN, I. A problemática da pobreza na construção de um movimento cidadão. **Política & Sociedade**, 2003

SILVA, R. S. Memórias para uso diário: indicações ao paciente. In: **Clínica e Política 2** - Subjetividade, direitos humanos e invenção de práticas clínicas - Org. Janne Calhau Mourão, 2009.

SILVA, R.N. **A invenção da psicologia social**. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

SOBRAL, M.F.C. Representações das práticas e práticas das representações: Um estudo com psicólogos e usuários dos CRAS de Sergipe. Dissertação de Mestrado (UFS), 2011.

SOUZA, L. Processos de Categorização e Identidade: Solidariedade, Exclusão e Violência. In: **Violência e Exclusão: Convivendo com Paradoxos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

TONNIES. F. **Para Ler Ferdinand Tonnies**. Orlando de Miranda (Org.). São Paulo: Universidade de São Paulo, 1995

VASCONCELOS, M.F.F.; MENDONÇA, M.F. Por uma genealogia das políticas de inclusão de saúde mental contemporâneas: da produção de políticas identitárias e de modos variados de confinamento. In: Manoel Mendonça Filho e Maria Teresa Nobre (org). **Política e afetividade: narrativas e trajetórias de pesquisa**. Salvador/ São Cristóvão: EDUFBA/ EDUFS, 2009.

VELHO, Gilberto; KUSCHNIR, Karina (Org.). **Pesquisas urbanas: desafios do trabalho antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.